

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

João Paulo Lajus Strapazzon
Superintendente Regional

José dos Santos
Superintendente Regional Substituto

Valdez Adriani Farias
Chefe da Procuradoria Regional Especializada

José Henrique Ferreira
Chefe da Divisão de Administração

Daniela Noêmia Sales Junsen
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Herbert Grein
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

Marcelos João Alves
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Organização:

Grupo de Trabalho instituído pela
ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR(10)G/Nº 07 de 01 de fevereiro de 2011.

André Arthur Dutra (*Coordenação*)

João Paulo Lajus Strapazzon

José dos Santos

José Henrique Ferreira

Cristiano de Oliveira Mascarenhas

Marcelos João Alves

Ademar de Moraes Lima Filho

Daniela Noêmia Sales Junsen

Nilton Tadeu Garcia

Herbert Grein

Cyro José Matavelli

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	9
1 Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	10
2. Objetivos e metas institucionais.....	11
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	11
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	14
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	14
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	16
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	18
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	23
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	29
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	29
Principais Ações do Programa.....	30
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	30
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	32
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	37
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	40
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	41
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	43
Principais Ações do Programa.....	44
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamentos.	44
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	52
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	54
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	60
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	62
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária ...	64
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	68
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	71
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	73
Principais Ações do Programa.....	74

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	74
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	Erro! Indicador não definido. 78
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	80
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	82
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	84
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	85
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	86
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	88
Principais Ações do Programa	89
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	89
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo	95
Principais Ações do Programa	96
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	96
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	97
Principais Ações do Programa	98
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	98
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	101
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	102
Principais Ações do Programa	103
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	103
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	105
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	107
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	114
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	116
Principais Ações do Programa	117
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	117
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	121
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo	123
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade	124
2.3.10 Recursos Recebidos do Ministério do Desenvolvimento Agrário	126
2.3.10.1 Programa 1120 - Paz no Campo	127
2.3.10.1.1 Programa 1120 - Paz no Campo - Ação 4288– Capacitação de Mediadores de Conflitos	127

2.3.10.1.2 Programa 1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres - Ação 8402 - Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.....	129
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	130
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias.....	130
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.....	131
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital	132
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	133
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	134
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	135
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	135
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	137
2.4.2.3.Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	139
2.4.3. Indicadores Institucionais	141
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	149
3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	149
3.2 Análise Crítica	15050
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	151
4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	151
4.2 Análise Crítica	153
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade	154
5.1 Composição do quadro de servidores ativos	154
5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	154
5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010	155
5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010.....	156
5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	157
5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010	157
5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010.....	158
5.3 Composição do quadro de estagiários.....	159
5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	160
5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	160
5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	161
5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	161
5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	162

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	163
5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	164
6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	165
6.1 Transferências efetuadas no exercício	166
6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	166
6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	169
6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	170
6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	171
6.1.5 Visão Geral da análise da prestações de contas convênio e de contratos de repasse.....	173
6.1.6 Análise Crítica	175
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	177
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	178
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	179
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	179
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	181
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	181
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros	183
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	183
11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	183
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	184
11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	184
11.1.4 Análise crítica:	185
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	186
12.1 Gestão de TI da UJ.....	186
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	188
14. Informações sobre Renúncia Tributária	189

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	190
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	190
15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	192
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	193
15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	203
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento	204
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	205
Parte B - Informações Contábeis da Gestão	206
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e odemonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	206
19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	208
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	209
20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	209
21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação	210
22. Relação de anexos - Relatório de Gestão 2010.....	211

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Santa Catarina.			
Denominação abreviada: INCRA/SR(10)SC			
Código SIORG: 1799	Código LOA: 92000	Código SIAFI: 373070	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(048)	37333561 – 37333563 – 37333508 - 37333509	FAX - (048) 37333562 37333575
Endereço eletrônico: comunica.sc@fns.incra.gov.br e/ou joao.paulo@fns.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Jerônimo Coelho, 185 – CEP: 88.010-030 – Florianópolis/SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O INCRA é uma Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno aprovada pela Portaria nº 20, de 08/04/2009. Estrutura Regimental - Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DT nº 52, de 25 de outubro de 2006; Manual de Recuperação Ambiental de Assentamentos, 06/08/2009; Manual Operacional de ATEs 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31 de outubro de 2008; Manual do PRONERA – Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº282, de 26 de abril de 2004; Norma Técnica para georreferenciamento de Imóveis Rurais – fevereiro de 2010. Manual de Cadastro Rural – Módulo 1 – Recepção e Módulo 2 – Análise Manual de Fiscalização Cadastral			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373070	Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373071	Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373070	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A) A REFORMA AGRÁRIA

Reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária
- A produção de alimentos básicos
- A geração de ocupação e renda
- O combate à fome e à miséria
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural
- A interiorização dos serviços públicos básicos
- A redução da migração campo-cidade
- A democratização das estruturas de poder
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social

B) O INCRA

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o INCRA incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial e também a identificação, demarcação e titulação de territórios quilombolas. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação

da Infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de cinco mil assentamentos existentes no País.

Missão e Visão do INCRA

Missão

“Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.”

Visão de Futuro

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social.”

C) A Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC

As Superintendências Regionais do INCRA são órgãos descentralizados que têm a competência de coordenar e executar a política de reforma agrária nas Unidades da Federação. Em Santa Catarina, entre as suas atividades principais destacam-se o planejamento, orçamento, execução e controle das atividades relativas à obtenção de terras e ao assentamento de trabalhadores rurais; a regularização de territórios quilombolas, além de garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados de cadastro de imóveis rurais.

A estrutura da Superintendência Regional de Santa Catarina é composta pelo Gabinete do Superintendente e suas funções vinculadas, quatro Divisões subordinadas e uma Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC, situada no município de Chapecó.

Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Competência Institucional – A Superintendência Regional de Santa Catarina/INCRA/SR(10)SC como uma unidade descentralizada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo [Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970](#),

teve sua [estrutura regimental](#) aprovada pelo [Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006](#), (com nova redação dada pelo [Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009](#)).

a) A competência institucional da regional é o de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União e implantar, supervisionar, dar suporte para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos criados no estado de Santa Catarina;

b) Os objetivos estratégicos - A Superintendência Regional de SC, devido às dificuldades estratégicas na obtenção de novas áreas para a criação de Projetos de Assentamentos em SC, em seu planejamento concentrou-se no desenvolvimento dos Projetos de Assentamento baseado no conceito das cadeias produtivas, atingindo em seu trabalho a região e não somente o assentamento em particular, sem esquecer-se de sua missão de obter áreas para assentar famílias sem terra.

Como órgão descentralizado, responsável pela coordenação e execução das ações do INCRA no Estado. Cabe a essa unidade, coordenar e executar na sua área de atuação, as atividades homólogas do órgão seccional e específico relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também devem garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

Além da busca de áreas para criação de novos assentamentos no exercício/2010, esta regional dedicou-se, mais uma vez, ao fortalecimento e desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos já criados no Estado de Santa Catarina, fazendo parte das ações os PROJETOS/PROGRAMAS – 1)Luz para Todos – 2)ATES – 3)Crédito Instalação e Crédito Recuperação – 4)Infraestrutura – 5)Terra Sol – 6)PRONERA – 7)Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – 8)Titulação de Assentamentos e 9)Gestão Ambiente.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(10)F

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária no estado de Santa Catarina, contando com a colaboração de 20 (vinte) servidores lotados nos serviços de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas.

Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através desta divisão, mantém atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e sua integração ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural catarinense. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo e com vistas ao combate da grilagem de terras, além de executar atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no estado.

A divisão controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis.

É, ainda, responsável pelas atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais localizadas no estado de Santa Catarina, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

Tentando manter o bom desempenho obtido em 2009, durante o ano de 2010 a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária reviu continuamente suas alternativas de direção e atuação, e por ser responsável pelo Sistema Cadastral do INCRA, manteve sua prioridade no treinamento e a capacitação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento, alcançando claramente seus objetivos, como pode ser visualizado na tabela de Execução Física das ações realizadas pela UJ da Ação 2105 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária, que demonstra a superação em 1019,76% da meta prevista para o exercício.

No tocante as ações de regularização fundiária, as restrições nos recursos provocadas pelas atividades de regularização fundiária na Amazônia Legal levaram novamente a estagnação dos trabalhos na Superintendência e a insatisfação dos beneficiários, que lutam constantemente pela regularização das terras a que tem direito.

Ainda, a de se esclarecer que não existe a possibilidade de tratarmos da regularização fundiária no Estado, tendo em vista que as Instruções Normativas vigentes não se aplicam a áreas *desapropriadas*, e sim a áreas da União *arrecadadas* ou *discriminadas*. O que não é o caso de Santa Catarina, que possui diversas áreas que no passado sofreram **desapropriação** pelo INCRA, no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época, e cujas posses ainda não foram regularizadas. O que se vê hoje são posseiros sem qualquer apoio do Governo Federal e que lutam por seus próprios punhos para produzirem seu sustento e viverem dignamente.

Por fim, em relação às atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, os resultados obtidos se restringem, em parte, ao andamento dos trabalhos na alçada da Superintendência.

No ano de 2010, foi publicado pelo Presidente da República o Decreto de Reconhecimento à Regularização de Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros, quando então foram dadas início às vistorias de avaliação dos imóveis inseridos total ou parcialmente dentro do território. Os trabalhos referentes à Regularização de Território Quilombola da Comunidade São Roque, aguardam ainda a posição da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal quanto ao conflito entre INCRA e ICMBio, haja visto a sobreposição do território pleiteado com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – SR(10)T

A Obtenção de imóveis rurais se refere à vistoria e avaliação de terras para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção, destinadas à implantação de projetos de reforma agrária. Providencia, também, a perícia judicial em ações de desapropriação e o licenciamento ambiental para possíveis áreas de assentamento. As ações de obtenção visam as propriedades rurais que não estejam cumprindo a sua função social, conforme define a Constituição Federal, e que sejam tecnicamente viáveis para fins de reforma agrária.

A seleção de famílias, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento também são incumbência desta divisão bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária.

Com relação a esta Superintendência Regional, sua atuação consiste na identificação de prioridades, definição das estratégias de atuação e na solução de conflitos em áreas tensão social e coordenação e supervisionamento da execução das atividades relacionadas à sua área de atuação em nível regional, lembrando que no nosso estado é grande a dificuldade de se encontrar imóveis improdutivos e/ou da União para assentamento de famílias acampadas no estado de Santa Catarina.

A SR(10)/T Obtenção de Terras, procurou atingir todas as metas estipuladas, executando os trabalhos dentro de um planejamento estratégico que levou em conta: a capacidade operacional, os recursos programados, os servidores, os imóveis decretados para reforma Agrária, os imóveis imitidos na posse, e finalmente os Assentamento Criados/numero de Famílias assentadas.

O objetivo principal das atividades foi a Desapropriação para fins de Reforma Agrária, que demanda a meta de Vistorias Preliminares com o foco de identificar os imóveis que não estão cumprindo com sua Função Social. Antecedendo as vistorias, são feitos levantamentos prévios que demandam visitas em cartórios, órgãos Municipais e Estaduais, e em alguns casos visita in-loco dos imóveis alvos, culminando com a notificação pessoal do proprietário. Os imóveis selecionados são aqueles indicados pelos Movimentos Sociais, e bem como de análise feita no SNCR- Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Os processos dos Imóveis Improdutivos seguem para o Decreto, depois de seguir Normas e Recursos, e se nesta fase não tiver impedimento Judicial, após o Decreto, vem o Ajuizamento da Ação Desapropriatória, a Imissão na Posse, e finalmente a Criação do Projeto de Assentamento.

Já o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR20/T-3, vinculado a essa Divisão, realiza as análises ambientais das propriedades em fase de desapropriação e solicita ao órgão competente a sua Licença Ambiental, nesse caso a Licença Prévia – LP.

Após essas fases finalmente é criado o Projeto de Assentamento, com todas as suas condicionantes da PL a serem cumpridas.

Em todas as fases processuais existe uma gama de atividades e normas a serem seguidas, exigindo assim vários deslocamentos a campo inclusive final de semana, em algumas ocasiões. Assim, diante de tamanho desafio, procuramos traçar algumas estratégias de ações: 1- Priorizar as ações de Vistorias em áreas Prioritárias (latifúndios, demanda social, localização etc.) 2- Efetuar Levantamentos Prévios nos imóveis acima de 15 módulos fiscais, 3- Monitoramento constante dos processos de Obtenção, 4- Centrar as ações dos servidores (peritos) nas Vistorias Preliminares.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de Projetos de Assentamentos é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto no estado de Santa Catarina, em algumas regiões, onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº433/92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há, ainda, como alternativa aos dois instrumentos anteriores, a Lei nº 4.132/62, que trata da desapropriação por interesse social, cujo uso pela autarquia ainda é incipiente.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Sr(10)D

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos - SR(10)D, coordenar, supervisionar as ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento do INCRA/SC, integrar políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária– PNRA.

As ações no estado de Santa Catarina são desenvolvidas junto com a nossa Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC, onde é bom lembrar, que estão localizados a maioria dos Projetos de Assentamento do INCRA/SC.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através das ações “Projetos de assentamento em implantação” e “Recuperação, qualificação e emancipação de projetos de assentamento”, concede a infraestrutura básica rural necessária em seus assentamentos. As prioridades são a construção e/ou recuperação de estradas vicinais, implantação de sistemas de abastecimento de água e construção de redes de eletrificação rural. Com isso, o INCRA busca estender de forma mais abrangente possível os benefícios sociais ao meio rural.

Essas ações são fundamentais para a permanência dos assentados no campo e são executadas de forma direta, através de licitações públicas ou por meio de convênios ou acordos de co-participação celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal (Ministério de Minas e Energia, através do Programa Luz para Todos, Ministério da Defesa/Batalhão de Engenharia, FNDE, FUNASA), estadual ou municipal.

A execução de Infraestrutura básica é muito demandada pelos assentados e é uma resposta à necessidade premente de cumprir o compromisso do Governo Federal, quando criou os assentamentos, de adotar, na sua jurisdição, padrões de qualidade de vida, principalmente, nos campos da saúde, educação, transporte e água potável. A realização dessas ações servirá também de forte estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

A concessão de Crédito Instalação permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O benefício deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no semi-árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc) para a geração de renda.

O Crédito Instalação vem sendo concedido desde 1985, sendo um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural. São os valores atualmente em uso:

- :: Apoio Inicial: R\$ 3,2 mil por família;
- :: Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 15 mil por família;
- :: Fomento: R\$ 3,2 mil por família
- :: Recuperação de Materiais de Construção: Até R\$ 5 mil por família
- :: Apoio Mulher: R\$ 2,4 mil
- :: Adicional do Fomento: R\$ 3,2 mil

O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao fornecedor – mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas. O programa também faz parcerias com instituições financeiras governamentais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) é um novo paradigma de atividade implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e

regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável. Os serviços de Ates são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Em atividade desde 2004, o programa atua com equipes de técnicos em ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas. Os grupos trabalham nos assentamentos executando atividades como: elaboração de planos de desenvolvimento ou recuperação de projetos de assentamento, extensão rural, capacitação continuada, visando à formação de competências e à mudança de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento rural sustentável, adotando metodologias participativas.

O programa Terra Sol, lançado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), busca criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da reforma agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados. Dentre suas metas estão o aumento da renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade.

As ações do programa são estendidas a todo o território nacional, com atividades desenvolvidas em todas as regiões. A partir de convênios e parcerias, o Terra Sol estimula atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados, eventos que promovam a interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária, dentre outras.

O apoio ao desenvolvimento das famílias agricultoras vem sendo modificado nos últimos anos. Além de criar condições para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção na busca pelo aumento do ganho das famílias agricultoras, a ação do Governo Federal tem se ampliado ainda mais. A meta é assegurar mais capital, mais proteção a produção e a renda, através não apenas da ampliação do Crédito Rural do PRONAF mas de sua articulação com o mecanismo de seguro contra os efeitos do clima adverso que pode afetar a produção e do seguro contra as variações de preços que diminui a renda.

Este conjunto de políticas facilita o planejamento das atividades, permite o acesso à melhor tecnologia e contribui para o aproveitamento de novas oportunidades econômicas, o que permite as famílias agricultoras ampliarem a segurança alimentar de suas famílias e contribuem para o aumento da renda, com risco reduzido ou até inexistente.

Os contratos do Crédito Rural do PRONAF financiam projetos individuais ou coletivos, devem gerar renda e os recursos empregados no seu pagamento retornam para novos empréstimos. Este mecanismo de incentivo à produção não é o “pagamento de uma dívida social”, é uma política dirigida, focada, que incentiva as famílias agricultoras e estimula o sentido de responsabilidade. As famílias agricultoras que contratam financiamentos do PRONAF têm uma das menores taxas de inadimplência entre todos os sistemas de crédito brasileiros.

Para fins do crédito do PRONAF as famílias são enquadradas nos Grupos “A”, “A/C”. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Para cada grupo do PRONAF existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se assim uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção.

O grupo PRONAF A se destina aos beneficiários da Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PRONAF A é um crédito de investimento rural. O PRONAF A/C atende ao mesmo público e é destinado para despesas de custeio.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Pronera capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

O programa apóia projetos em todos os níveis de ensino, conforme relacionado abaixo:

Educação de jovens e adultos (EJA) – Desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Ensino Médio e Técnico Profissionalizante – Destina-se à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária. Objetivam formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Ensino Superior – Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais.

Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinariedade. O PRONERA é uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa – SR(10)A

A Divisão de Administração – SR(10)A exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais, tendo sob sua coordenação o Setor de Administração e Serviços Gerais, Setor de Orçamento e Finanças, Setor de Contabilidade, Setor de Recursos Humanos e o Setor de Almoxarifado e Patrimônio.

Na nossa Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC – UG/nº 373071 – com sede em Chapecó/SC – que é uma unidade descentralizada desta regional, que objetiva o atendimento aos Projetos de Assentamentos localizados no Oeste de Santa Catarina, também existem o Setor de Administração de Serviços Gerais e Setor de Orçamento e Finanças que executam as atividades correlatas na sua área de atuação, tendo como Setorial de Contabilidade esta SR(10)SC – UG/373070.

Os trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Administração estão diretamente relacionados às ações de atividade meio, dando suporte, ou melhor, dizendo, dando condições às demais divisões da superintendência regional desenvolver as atividades fins da Instituição, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais da Divisão de Administração do INCRA/SC e Serviços Gerais, consta prover as unidades finas da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando procedimentos licitatórios necessários a aquisição desses bens materiais e da contratação das prestações de serviços. No exercício de 2009, podemos citar como destaque a continuidade da estruturação da frota de veículos da Superintendência Regional de SC e da continuidade na aquisição de mobiliário em geral, não só na regional, mas também, na nossa Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC, dando ao órgão e aos seus servidores, condições propícias ao desempenho de suas atividades.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão de Administração do INCRA/SR(10)SC e o Setor de Administração da UA/SC que efetuam fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações

aprovadas para a Superintendência Regional de SC na Lei Orçamentária Anual, dando suporte às demais divisões da regional no gerenciamento dos recursos que são de responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.

Essas atividades são executadas pelo Setor de Orçamento e Finanças que durante o exercício, em atendimento às demandas das demais divisões da SR(10)SC e UA/SC. Lembrando que é a SR(10)A que com a autorização do Ordenador de Despesas que descentraliza créditos orçamentários e repassa recursos financeiros para a nossa Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC, mantendo rigoroso controle dos recursos orçamentários e financeiros, sendo prestadas pela SR(10)A, na regional, as orientações para o suporte e à tomada de decisões por parte dos gestores das diretorias fins.

A administração do contingente de pessoal da regional é efetuada pelo Setor de Recursos Humanos com a supervisão da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano – INCRA/SEDE/BSB/DF, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas no âmbito das Superintendências Regionais, bem como à coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDATA e a GDARA, progressão funcional, bem como o estágio probatório.

No que concerne às atividades da área contábil, estas são executadas pelo Setor de Contabilidade, que dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da regional, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.

No que se refere à parte contábil em si, são executadas atividades de acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional e também da nossa UA/SC, por meio de análise e exame dos registros lançados no SIAFI. Cabendo a S(10)A, como Setorial de Contabilidade/UG/373070, controlar as atividades da nossa UA/SC, emitindo mensagens de orientações, cobranças de ajustes e questionamentos, quando verificados lançamentos impróprios, bem como retransmissão de mensagens dos Órgãos Setoriais de Contabilidade, aos quais somos subordinados.

Também são de responsabilidade do Setor de Contabilidade, o desenvolvimento de atividades de colaborar na elaboração dos e confecção do Processo de Prestação de Contas Anual da SR(10)SC em conjunto com o da UA/SC, bem como a instauração dos Processos de Tomadas de Contas/TCE, para apuração de eventuais responsabilidades por procedimentos que tenham causado dano ao erário no âmbito desta regional.

Cabe destacar, que desde 2000, com a reestruturação da Autarquia houve a extinção da Chefia para o encarregado do Setor de Contabilidade da regional, existindo chefias na Coordenação-Geral de Contabilidade somente no INCRA/SEDE, e em contrapartida foram descentralizadas as responsabilidades da área para as regionais, ou seja, a Superintendência Regional ficou com o ônus da descentralização de trabalhos de contabilidade, que ocorreu nos últimos exercícios, sem, no entanto, existir gratificação para o encarregado do Setor Contábil. (grifamos).

Ainda com relação às transferências de recursos vinculados a convênios e/ou instrumentos congêneres, o Setor de Contabilidade mantém controle e acompanhamento da execução, no que se refere aos registros efetuados no SIAFI e a partir de 2009 no SICONV, em nível estadual.

No SICONV com a implantação do sistema em 2009, cabe destacar, a dificuldade do uso do mesmo, prossegue, não só no cadastramento de órgãos públicos do estado, de entidades e outros, mas também da grande dificuldade operacional do referido sistema, o que dificulta e muito os trabalhos do Setor de Contabilidade e também os registros de informações no referido sistema pelos demais servidores desta regional. Lembrando que é consensual a informação dos servidores que operam o mesmo no INCRA/SC. (grifamos).

E, finalmente o Setor de Patrimônio e Almoxarifado desta SR(10)A é que executa o controle de patrimônio e de almoxarifado desta regional, mantendo o gerenciamento do Sistema Informatizado de Controle Patrimonial do INCRA.

Principais decisões estratégicas da Superintendência no exercício 2010

O II Plano Nacional de Reforma Agrária prioriza as populações rurais tradicionais, comunidades remanescentes de quilombos, mulheres trabalhadoras rurais, jovens, ocupantes não índios de terras indígenas, populações ribeirinhas e atingidos por barragens, além de outros segmentos de pessoas pobres que vivem no meio rural. O Plano abrange os diversos trabalhadores que podem pertencer tanto à categoria de público com terra, bem como os sem terra.

O Plano Regional de Reforma Agrária segue as diretrizes gerais do Plano Nacional de Reforma Agrária e incorpora a realidade regional e local indicando a necessidade de construirmos planos diferentes para cada região.

O plano foi construído em conjunto com entidades do setor público e da sociedade civil e pretende ser um balizamento dos trabalhos necessários à reforma agrária em Santa Catarina aberto à constantes modificações na sua implementação. Também revela o eixo principal da reforma agrária em Santa Catarina: a participação de todos os interessados em construir uma sociedade mais justa no campo brasileiro.

Para melhor aplicação dos recursos públicos e para potencializar as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais utiliza o conceito e as práticas do desenvolvimento territorial gerenciando pela unificação dos planejamentos e recursos para os territórios priorizados.

Nesta perspectiva o novo Plano Nacional de Reforma Agrária aponta para duas grandes prioridades: obtenção de áreas para resolver o problema dos acampamentos de trabalhadores rurais sem terras e recuperação dos assentamentos já realizados

O Estado de Santa Catarina, por sua vez, converge suas diretrizes na Política de Reforma Agrária para a elaboração do Plano Estadual, onde foram realizadas audiências e debates com entidades públicas e movimentos sociais visando a construção de um processo que indicasse a intervenção do governo na questão agrária regional, coadunando as diretrizes nacionais com a realidade estadual.

Neste sentido, foram definidas regiões prioritárias para ação da política pública para a reforma agrária que levou em consideração os seguintes aspectos: quantidade de projetos de assentamentos; número de famílias assentadas; número de acampamentos; quantidade de famílias acampadas; condições edafoclimáticas; mercado consumidor; infra-estrutura; cadeias produtivas regionais e de projetos de assentamento, que se traduzem nas seguintes diretrizes:

- a) Dar continuidade ao processo de reordenamento fundiário no Estado;
- b) Definir estratégia de obtenção de terras, priorizando territórios para direcionamento das ações de desapropriação;

- c) Combinar diversos instrumentos de obtenção;
- d) Retomar lotes irregularmente ocupados;
- e) Reconhecer os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais;
- f) Construção de um novo modelo de assentamento que assegure o sucesso da inserção dos assentamentos na economia local, regional e estadual;
- g) Recuperar os Projetos de assentamento já criados, priorizando ações nos territórios definidos para construção de planos de desenvolvimento;
- h) Promover forte integração interinstitucional para garantir o sucesso da política de reforma agrária no estado;
- i) Reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos;
- j) Retirada e recolocação de trabalhadores rurais ocupantes de áreas indígenas;
- k) Promover a sustentabilidade ambiental.

A precariedade identificada com relação à infra-estrutura, aliada às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, faz com que a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final de um longo processo de lutas, seja um ponto de partida para novas demandas para sua viabilização econômica e social. A nova situação obriga os assentados a vivenciar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política.

As associações, presentes em 96% dos assentamentos do Estado, são a forma predominante de organização representativa dos assentados. Sua existência é praticamente obrigatória, pois, como personalidades jurídicas dos assentamentos, formalizam os contatos com organismos do Estado e outras agências

Grande parte da população assentada em Santa Catarina já vivia na zona rural da própria região antes de vir para o assentamento: mais de 80% originam-se do próprio município ou de municípios vizinhos de onde está localizado o assentamento; 94% deles já tinham alguma experiência de trabalho na agricultura (NEAD, 2004).

Na questão produtiva, é bastante grande a diversidade de produtos originários dos assentamentos. Verifica-se que não há necessariamente uma coincidência entre os produtos mais cultivados, os mais vendidos e os considerados mais importantes pelos assentados, bem como entre esses e os produtos com maior VBP. Milho, mandioca e feijão são nitidamente os produtos de cultivo mais generalizado e que um maior número de assentados considera importantes.

Em relação a capacitação, a produtividade alcançada pelos assentamentos não pode ser desvinculada do acesso à assistência técnica e do padrão tecnológico adotado.

Atualmente, a assistência técnica aplicada aos assentamentos está se dando de forma mais efetiva resultante de um convênio assinado entre o INCRA e a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (Cooptrasc) que vem atendendo 90% dos assentamentos, sendo que os outros 10% são assistidos pelo Governo do Estado, através da EPAGRI

Já no padrão tecnológico, a grande diversidade de situações e sistemas produtivos (tipos de solo e relevo, cultivos mais ou menos suscetíveis a pragas e doenças, modelos de produção etc.) dificultou comparações e conclusões mais definitivas. No entanto, três aspectos podem ser destacados. O primeiro deles é que, apesar de haver uma significativa variação entre as manchas (e mesmo dentro delas) no que se refere ao acesso a instalações, máquinas e equipamentos, implementos e uso de insumos, ela parece reproduzir diferenciações tecnológicas entre as regiões (mesmo que num patamar às vezes ligeiramente diverso daquele existente no seu entorno). O segundo é que o acesso aos meios de produção ainda é precário para parte significativa dos assentados. O terceiro é que, mesmo com a precariedade encontrada, verifica-se que a condição de assentado permite acesso às novas possibilidades produtivas.

A Superintendência Regional do INCRA na questão de cooperação possui diversas parcerias, visando otimizar os resultados, referentes a recuperação dos Projetos de Assentamento, assim como, na implantação de novos projetos de assentamentos.

Como parceiros potenciais citamos as Prefeituras Municipais, MST, C.C.A (Cooperativa Central de Reforma Agrária), EPAGRI, ICEPA, FETRAF-Sul, COOPTRASC, FETAESC, MMA, FATMA, AESCA, SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, UNOCHAPECÓ, PROGRAMA NACIONAL DA GRICULTURA FAMILIAR (PRONAF), COMISSÃO PASTORAL DA TERRA entre outras entidades.

No quadro atual a Superintendência de Santa Catarina, conta com 56 funcionários ativos concursados atuando na Sede da Autarquia em Florianópolis e 19 na Unidade Avançada de Chapecó. Este quadro consegue atender a demanda de vistorias e recuperação de assentamentos, porém há necessidade de capacitação desses técnicos.

Apesar da certa quantidade de veículos disponíveis, constata-se que há necessidade de recuperação e renovação da frota de veículos, principalmente por veículos tracionados, para atender a demanda de vistorias e recuperação de assentamentos.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	260	235	90,38	500

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
18.093,00	9.047,00	8.645,81	96,00%	8.645,81	96,00%	8.645,81	96,00%

Na execução física dessa ação, foram cadastradas, entre Acampamentos de Agricultores Sem Terra e Atingidos por Barragens, 289 famílias. Estas famílias não foram contempladas pelo PNRA no ano de 2010. Foram cadastradas famílias que se tornaram beneficiárias em número de 235 (Relatório Gerencial – REL0229 extraído do SIPRA).

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8387	P/A/O P	1/2/3/4	Ha	16690	2077,51	14,13	10800

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
R\$ 108.486,00	166194,45	1611859,36	97,00%	161859,36	97,00%	148556,24	89%

O Estado de Santa Catarina é constituído basicamente de imóveis com menos de 50 hectares, sendo considerado um Estado da Federação altamente minifundiário e de produção integrada às indústrias de laticínios e de produtos animais (indústrias de aves, suínos, ovinos e bovinos), com imóveis de maior área em sua maioria avaliados como produtivos pela crescente expansão nos últimos 10 anos das lavouras comerciais de *Pinnus* sp e *Eucalyptus* sp.

Além de relevo montanhoso e a necessidade de preservação da Mata Atlântica em suas inúmeras facetas com áreas de fontes e rios de águas doces, a união desses fatores causa enorme dificuldade em localizar áreas aptas para a intervenção fundiária com fins de reforma agrária. Não bastasse temos também a impossibilidade de vistoriar áreas para fins de desapropriação com a previsão dada pela Lei nº 8.629/93, *in letris*:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 7º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

Explica-se o referido anteriormente porque – conforme anexos – dos 293 municípios do Estado, 275 municípios foram atingidos por vendavais, granizo, seca, enxurradas, etc.

– Vistorias:

Imóveis previstos para vistoria: 20

Imóveis vistoriados: 15

Imóveis vistoriados para outras SR's: 0

Imóveis vistoriados e avaliados: 03

Imóveis avaliados para outras SR's: 0

Imóveis pré-vistoriados: 00

Imóveis identificados SPU: 01

Imóveis com análise dominial: 1

TOTAL de imóveis contemplados pela Divisão de Obtenção: 19 imóveis

Δ % meta prevista efetivamente vistoriada SR(10) = 95 %

Área a ser vistoriada para atender as metas: 9.000,00 ha;

Áreas efetivamente vistoriadas, avaliadas e não conclusas (relatórios LAF): 16.929,05 ha;

Área SPU: 27,00 ha

Δ % da meta estipulada = 192,097 %

Áreas efetivamente incorporadas ao Programa de Reforma Agrária em 2010 (inclusive de exercícios anteriores): 0,00 ha.

Total de famílias efetivamente assentadas pela desapropriação em 2010: 0,00 famílias.

Áreas pendentes por Decisão Judicial (de exercícios anteriores – HCR, Xaxim): 1.725,65 ha (com estimativa para 90 famílias).

Áreas pendentes por Acordo com proprietários pendente de Decreto Presidencial (CVG): 816,2501 ha (com estimativa para 40 famílias)

Área pendente de Decreto Presidencial (Linda Vista): 648,9424 ha (com estimativa para 30 famílias).

Número de famílias “re”assentadas (ocupação de lotes vagos) pelo Serviço de Implantação: 235 famílias.

O condicionamento dos usos das terras à função social através da justa e adequada distribuição da propriedade, com exploração racional e de recuperação social e econômica de regiões no Estado de Santa Catarina foi executada a partir do ano de 2008 com ênfase à localização de áreas em conformidade ao estabelecido pelo II PNRA e do Diagnóstico Regional, objetivando um crescimento econômico regional com distribuição de renda, geração de empregos, preservação do meio ambiente e principalmente a busca da segurança alimentar – sempre impulsionados pelas economias locais.

Iniciou-se então um processo de análise dos dados constantes no SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural – identificando, mesmo que com dados atualizados somente até o ano de 1992, os imóveis rurais com área igual ou superior a 15 MF principalmente das regiões que apresentavam um baixo IDH, associados a uma exploração visivelmente voltada à monocultura do pinus sp., bem como em regiões onde até então não tinha ocorrido uma ação mais contundente do INCRA no Estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina, já conhecido nacionalmente como um estado estritamente minifundiário e com produtores de nível de tecnologia A – com uso de máquinas e equipamentos modernos associados aos sistemas de manejo com sementes de híbridos de alta produção e agroquímicos seletivos – respondeu ao mercado com um incremento ainda mais acentuado, levando as propriedades rurais a atingirem um GUT de 100% e um GEE de até 272%.

Também neste contexto os imóveis com áreas superiores a 15 MF responderam positivamente à pressão de demanda do mercado externo dos grãos de soja.

Muito embora o quadro técnico alocado para a Divisão de Obtenção seja considerado pequeno, o que principalmente afetou o resultado finalístico foi porque na safra 2009/10 e durante todo o ano de 2010 no Estado de Santa Catarina foram declarados em estado de emergência em função da seca e outros adventos climáticos extremos 275 municípios dos 293 existentes no Estado.

Acreditamos que todos os esforços realizados por todos os funcionários de todas as Divisões desta SR, assim como da Assessoria e também do Gabinete, é que levaram a Divisão de Obtenção e Implantação de Assentamentos aos índices apresentados.

Análise do alcance dos objetivos e metas:

O objetivo principal nas ações preparatórias para obtenção de imóveis rurais foi no sentido de obter maior eficiência quanto aos imóveis vistoriados e que realmente seriam destinados à implantação de projetos de assentamentos.

Neste sentido buscou-se – para elevar o índice de anos anteriores que variavam entre 10% e 15% - a utilização de análises baseadas em imagens de satélite concomitante às análises cadastrais e cartorárias, possibilitando assim com um menor número de vistorias obter um maior número de imóveis viabilizados para o programa de reforma agrária.

Dentro deste conceito projetou-se a capacidade operacional para vistorias em 20 imóveis rurais sendo que o realizado se deu de forma eficaz em 15 imóveis rurais com área total de 16.929,05 hectares.

Em 2010 aconteceram fatores que afetaram a execução das atividades como a greve dos servidores da Divisão de Obtenção de Terras por melhores salários bem como a decisão dos mesmos em não mais dirigirem as viaturas do Órgão é que levaram a uma excelente quantidade de áreas vistoriadas mas não concluídas no ano de exercício de 2010.

Também afeta muita a conclusão dos trabalhos realizados a falta de pessoal técnico na área de Cartografia para os levantamentos em campo e elaboração de mapas de perímetro e usos das terras.

O que principalmente afetou o resultado finalístico foi porque na safra 2009/10 e durante todo o ano de 2010 no Estado de Santa Catarina foram declarados em estado de emergência em função da seca e outros adventos climáticos extremos, 275 municípios dos 293 existentes no Estado, dificultando ao máximo a identificação de áreas passíveis de incorporação ao Programa de Reforma Agrária.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Evidenciação e justificativa das ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas;

Através das ações executadas pela Procuradoria Federal Especializada e da Divisão de Desenvolvimento foi possível o re-assentamento em lotes vagos de 235 famílias, demonstrando assim a necessidade do acompanhamento de perto dos assentamentos já consolidados na identificação real da ocupação das terras.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8374	P/A/O P	1/2/3/4	Licença	16	4	44,00%	34

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
80.000,00	31058,8	30262,25	97,00%	30262,25	97,00%	30262,25	97,00%

Fonte:

O INCRA no Estado de Santa Catarina possui atualmente, sob sua jurisdição, 137 projetos de assentamento, duas regularizações fundiárias e 8 imóveis em obtenção, sendo que todos possuem a devida licença ambiental expedida ou protocolada.

Somente no ano de 2010 foram expedidas 33 Licenças ambientais de Operação para projetos de assentamento e uma para uma área de regularização fundiária, totalizando 34. Além destas, três Licenças Ambientais de Instalação foram protocoladas e quatro expedidas. Neste período houve também um protocolo de Licença Ambiental Prévia referente a dois imóveis em obtenção.

Os demais imóveis e projetos de assentamento tiveram suas licenças ambientais protocoladas e/ou emitidas nos anos anteriores à 2010.

O quadro abaixo resume o histórico das licenças ambientais relativas às áreas que estão sob a jurisdição do INCRA/SC no ano de 2010:

Quadro 1: Licenças ambientais protocoladas e emitidas no ano de 2010

Imóvel	Licença Ambiental	Protocolo em 2010	Expedido em 2010	Total 2010
Imóvel em obtenção	Prévia	1	0	1
0Projeto de Assentamento	Prévia	0	0	0
Projeto de Assentamento	Instalação	3	4	7
Projeto de Assentamento	Operação	0	33	33
Regularização Fundiária	Operação	0	1	1
Total		4	38	42

Somando-se todas as licenças expedidas em 2010 com as expedidas em anos anteriores, o panorama atual relativo as licenciamento dos projetos de assentamento é o abordado no quadro a seguir :

Quadro 2: Número de licenças ambientais na SR(10) – SC.

Imóvel	Licença Ambiental Prévia (n°)	Licença Ambiental de Instalação (n°)	Licença Ambiental de Operação (n°)	Total (n°)
Imóvel em obtenção	8	0	0	8
Projeto de Assentamento	2	7	128	137
Regularização Fundiária	0	0	2	2
Total	10	7	130	147

Para que o INCRA/SC atingisse estes resultados, foi formalizado um Convênio, com recursos financeiros do ano de 2009, cujo início foi em agosto de 2009 e o término em julho de 2010, com o SEBRAE, que contratou e disponibilizou profissionais e consultores para atuarem em conjunto com os técnicos da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, objetivando dar celeridade aos procedimentos administrativos, sobretudo à análise da documentação técnica (Projetos Básicos) necessária à obtenção das licenças ambientais, de acordo com o que se determina na Resolução CONAMA no 387 de 27 de dezembro de 2006, e Acórdão TCU 2633/2007, o qual recomendou ao INCRA que envidasse esforços para promover a regularização ambiental dos projetos de assentamento já existentes.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

NIHL

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	47.318,62	47.035,68	99,00%	47.035,68	99,00%	39.631,39	84,00%

Fonte:

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos Peritos Federais Agrários e Técnicos da Cartografia e Recursos Naturais – passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias – para vistorias, avaliações e perícias de imóveis rurais destinados ao Programa de Reforma Agrária (Assentamentos).

Também estão incluídos os gastos com as ações de identificação de imóveis rurais passíveis de vistoria, levantamento cartorário com a busca de matrículas atualizadas, notificações aos proprietários e acompanhamento de Peritos Judiciais (em ações judiciais que exigem a perícia em imóveis já decretados e/ou em via de decretação).

Foram alcançados os resultados buscados de forma satisfatória, tendo como resultado de médio e longo prazo a confecção de Laudos Agronômicos de Fiscalização e Laudos Agronômicos de Avaliação de imóveis rurais passíveis de serem incorporados ao Programa de Reforma Agrária.

As ações que apresentaram problemas no tempo de execução se devem a fatores externos, como por exemplo a demora de alguns Ofícios de Registro de Imóveis em apresentarem a documentação solicitada pelo INCRA.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinicius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	369	0	0	1046

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.566.031,00	1.272.227,82	1.272.182,85	99,00%	1.272.182,95	99,00%	1.074.833,49	84,00%

O INCRA-SC através de seu setor de Infra-estrutura, se utiliza dos instrumentos: Convênios e contratos, para a execução e implantação da infra-estrutura básica necessária para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos.

Busca-se firmar parcerias com as esferas locais para o desenvolvimento, visto que a capacidade operacional da autarquia é reduzida, em vista do tamanho da demanda potencial proveniente dos projetos de assentamento.

Os projetos de infra-estrutura na SR-10, basicamente se resumem a abertura de novas estradas, construção de pontes e bueiros, centros comunitários e recuperação de estradas vicinais.

Estas obras são de vital importância para garantir o acesso dos assentados, escoamento da produção, transporte escolar, eletrificação rural, garantindo condições para que o beneficiário possa ter uma vida digna com possibilidades de evolução, onde também visam garantir sua permanência no lote.

Em termos de dificuldades encontradas até o momento, podemos dizer que se encontra na fase de pré-projeto, onde se realiza as análises das propostas demandadas, visto o diminuto numero de servidores aptos a realizar tal ação atrasando o inicio da execução, mas, após as análises/adequações solicitadas e com o projeto em andamento não foi encontrado nenhuma dificuldade, todos os projetos que se encerraram no período e que ainda estão em vigência, atingiram ou estão atendendo até o momento o objeto proposto.

● N° Convênio SICONV: 080017/2009

Município: Abelardo Luz

PA's: Roseli Nunes, Indianópolis, 13 de Novembro, Novo Horizonte, Três Palmeiras

N° Famílias Beneficiadas: 409

Vigência:

-Início: 30/12/2009

-Término: 29/03/2011

Objeto: Recuperação de 65,45km de estradas vicinais em Projetos de Assentamento

Valor total do convênio: R\$ 769.950,00

Situação: Em execução

● Nº Convênio SICONV: 718652/2009

Município: Anchieta

PA's: Aparecida, Sanga Azul

Nº Famílias Beneficiadas: 31

Vigência:

-Início: 11/12/2009

-Termino: 10/06/2010

Objeto: Recuperação de 18,80km de estradas vicinais em Projetos de Assentamento

Valor total do convênio: R\$ 135.296,94

Situação: Prestação de Contas Enviada para Análise

● Nº Convênio SICONV: 709197/2009

Município: Frei Rogério

PA's: Índio Galdino

Nº Famílias Beneficiadas: 58

Vigência:

-Início: 01/02/2010

-Termino: 11/04/2011

Objeto: Recuperação de 7,995km de estradas vicinais em Projeto de Assentamento

Valor total do convênio: R\$ 106.589,22

Situação: Em Execução

Entraves: No processo de licitação feito pelo município, a empresa vencedora apresentou certidão falsa o que provocou a anulação da mesma. Em consequência foi necessário novo prazo para nova licitação.

● Nº Convênio SICONV: 709205/2009

Município: Vitor Meireles

PA's: Santa Cruz dos Pinhais

Nº Famílias Beneficiadas: 40

Vigência:

-Início: 29/12/2009

-Termino: 28/12/2010

Objeto: Construção de um Centro Comunitário de 176,14 m² , e a Recuperação de 13,339km de Estradas vicinais em Projeto de Assentamento

Valor total do convênio: R\$ 163.739,89

Situação: Aguardando Prestação de Contas

● Nº Convênio SICONV: 070296/2009

Município: Canoinhas

PA's: Herdeiro de Argemiro de Oliveira

Nº Famílias Beneficiadas: 25

Vigência

-Início: 31/12/2010

-Termino: 28/02/2011

Objeto: Recuperação de 13,62km de estradas vicinais em Projeto de Assentamento

Valor total do convênio: R\$168.528,03

Situação: Obra concluída aguardando vistoria para recebimento final.

● Nº Convênio SICONV: 707639/2009

Município: Abelardo Luz

PA's: Bela Vista,Santa Rosa III,Três Palmeiras,Novo Horizonte,José Maria

Nº Famílias Beneficiadas: 500

Vigência

-Início: 04/11/2009

-Termino: 03/06/2010

Objeto: Recuperação de 22,50km de estradas vicinais em Projetos de Assentamentos

Valor total do convênio: R\$ 334.769,05

Situação: Prestação de Contas enviada para Análise

● Nº Convênio SICONV: 722092/2009

Município: Rio Negrinho

PA's: Norilda da Cruz

Nº Famílias Beneficiadas: 80

Vigência

-Início: 11/01/2010

-Termino: 23/03/2011

Objeto: Recuperação de 22,15km de estradas vicinais em Projeto de Assentamento e Elaboração de Projeto e Construção de uma Ponte em Concreto com 08metros de vão e classe 30 toneladas.

Valor total do convênio: R\$ 353.882,18

Situação: Obra em Execução

Entraves: A rodovia que dá acesso ao Projeto de Assentamento, está em obras para o seu asfaltamento, provocando desta forma grandes atoleiros com a quantidade de chuvas acima do previsto. Na elaboração do Projeto da Ponte, prevista com vão de 08metros, em virtude do terreno das margens não apresentarem solos firmes para a colocação dos pilares, foi então elaborado um projeto com ponte de 18metros de vão. Desta forma como não estava previsto os recursos esta meta foi cancelada.

● Nº Convênio SICONV: 704170/2009

Município: Passos Maia

PA's: Conquista do Sepé

Nº Famílias Beneficiadas: 25

Vigência

-Início: 23/12/2009

-Término: 23/04/2010

Objeto: Recuperação de 11,775km de estrada em Projeto de Assentamento.

Valor total do convênio: R\$ 151.985,01

Situação: Prestação de contas enviada para análise.

● Nº Convênio SICONV: 006394/2009

Município: Água Doce

PA's: 1º de Agosto, Terra a Vista, Oziel Alves Pereira.

Nº Famílias Beneficiadas: 95

Vigência

-Início: 01/12/2009

-Término: 27/12/2010

Objeto: Recuperação de 23,075km de estradas vicinais em Projetos de Assentamentos e contratação de serviços de elaboração de projeto de recuperação/construção de ponte em concreto armado.

Valor total do convênio: R\$ 152.000,00

Situação: Aguardando prestação de contas

● Nº Convênio SICONV: 755149/2010

Município: Abelardo Luz

PA's: Papuã I, Papuã II, Juruá, Sandra.

Nº Famílias Beneficiadas: 188

Vigência

-Início: 22/01/2011

-Término: 31/03/2012

Objeto: Pavimentação de 10,031km com pedras irregulares(calçamento) da estrada municipal que liga o P.A Papuã I ao P.A Sandra.

Valor total do convênio: R\$ 3.013.329,00

Situação: Em execução

● Nº Convênio SICONV: 741512/2010

Município: Abelardo Luz

PA's: Papuã I, Papuã II, Sandra, Santa Rosa I, Santa Rosa II, Recanto Olho D'água, Juruá.

Nº Famílias Beneficiadas: 347

Vigência

-Início: 25/06/2010

-Término: 23/07/2011

Objeto: Recuperação de 55,40km de estradas vicinais em Projetos de Assentamentos.

Valor total do convênio: R\$ 767.468,89

Situação: Em execução

● N° Convênio SICONV: 741716/2010

Município: Paraíso

PA's: Entre Rios

N° Famílias Beneficiadas: 73

Vigência

-Início: 25/06/2010

-Término: 22/06/2011

Objeto: Recuperação de 32,078km de estradas vicinais em Projeto de Assentamento

Valor total do convênio: R\$ 285.448,66

Situação: Em execução

● N° Convênio SICONV: 741783/2010

Município: Passos Maia

PA's: Zumbi dos Palmares, 20 de Novembro, 29 de Junho.

N° Famílias Beneficiadas: 193

Vigência

-Início: 29/06/2010

-Término: 27/07/2011

Objeto: Recuperação de 77,72km de estradas vicinais em Projetos de Assentamentos.

Valor total do convênio: R\$ 796.494,30

Situação: Em execução

● N° do Contrato: SC/9000/2009

Município: Curitiba

PA's: Índio Galdino

Nº Famílias Beneficiadas: 58

Objeto: Recuperação de 16,5km de estrada vicinal no P.A. Índio Galdino na parte do Município de Curitiba.

Valor total do Contrato: R\$ 206.705,26

Situação: Obra recebida

- Nº do Contrato: SC/1000/2009

Município: Fraiburgo

PA's: São João Maria II

Nº Famílias Beneficiadas: 17

Objeto: Recuperação de 7,5km de estrada vicinal em Projeto de Assentamento

Valor total do Contrato: R\$ 122.883,61

Situação: Obra recebida

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	1555	0	0	1681

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
855.230,00	1.750,00	1.750,00	100,00%	1.750,00	100,00%	600,00	34,00%

A Superintendência de Santa Catarina iniciou em 2009 os trabalhos de Demarcação Topográfica e georreferenciamento de 22 Projetos de Assentamento, perfazendo uma área total de 8.516,6848 e beneficiando 531 famílias, cuja execução foi concluída no exercício de 2010.

De um modo geral, a Ação 8398 no exercício 2010 abrangeu a demarcação topográfica de 2 Projetos de Assentamento, a saber: Bromélias, localizado no município de Itaiópolis, e 17 de Abril, localizado no município de Campo Belo do Sul; e o georreferenciamento de 20 Projetos de Assentamento: São João Maria, Recanto Olho

D'Água, Maria Silverston, Nova Aurora, Herbert de Souza, Santa Rita I, Olaria, Chico Mendes, Contestado, Argemiro de Oliveira, Dandara, Rio dos Patos, Vida Nova, Herdeiros do Contestado, Florestan Fernandes, Domingos Carvalho, Três Rosas, Campinas, Conquista do Litoral e Justino Dranzevisk.

A execução desta ação, esta viabilizando os procedimentos necessários para regularização dos PA's atendendo os normativos vigentes. Fator limitante ao desenvolvimento maior da ação está no número insuficiente de profissionais de cartografia e topografia para análise e desenvolvimento dos trabalhos relacionados à ação.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4320	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	1062	3429	310,00%	440

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
142.623,00	2.180.634,18	2.170.262,69	99,50 %	2.170.262,69	99,50%	1.398.846,21	64,00%

A ação de fomento a Agroindustrialização, a Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias – TERRA SOL, visa à agregação de valor a produção do publico da Reforma Agrária, através de ações de pesquisa de mercado, inserção mercadológica, capacitação de assentados e técnicos, implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias, apoio a atividades não agrícolas como: turismo rural, artesanato e agroecologia.

A ação Terra Sol procura sempre preservar as características regionais, exaltando as experiências e potencialidades locais. Os projetos na SR-10 são conduzidos através de execução direta da autarquia por instrumento licitatório, e também há busca de parcerias com outras esferas locais para a implementação dos projetos.

Os projetos da ação de fomento têm fundamental importância para o desenvolvimento do projeto de assentamento e do publico beneficiário, garantindo agregação de valor a produção beneficiada, podendo o assentado inserir o produto no mercado consumidor sem o intermédio de terceiros (atravessadores), qualificando e aumentando sua renda, garantindo assim condições para que ele se fixe definitivamente na terra.

Como dificuldade encontrada no desenvolvimento da ação, pode-se afirmar que o problema se encontra na fase de pré-projeto, devido ao numero de servidores aptos a realizar tais analises, e também da qualidade das pré-propostas, há de se observar que onde a Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) participou na elaboração da proposta tais projetos foram viabilizados mais rapidamente, sem necessidade de solicitações de adequações as propostas.

Na execução dos projetos até o seu encerramento, até o presente momento, não foi encontrado dificuldades ou empecilhos, os objetos propostos foram devidamente alcançados com sucesso.

- Modalidade: Processo Licitatório

Proponente: Cooperativa Central da Reforma Agrária de Santa Catarina – CCA/SC.

Título do Projeto: 11º Feira da Melancia

Projetos de Assentamento Beneficiados direta e indiretamente:

- Município(s): Ponte Alta-SC Assentamento(s): Anita Garibaldi Famílias: 60

Nº. Famílias Beneficiadas: 60

Vigência: Fevereiro 2010

Objeto/objetivos específicos: Atender a demanda de cadeia produtiva da Região/Propiciar agregação de valor do projeto de assentamento, valorizando a cadeia produtiva.

Valor total : R\$ 15.000,00

Situação: Executado e Finalizado.

- Modalidade: Processo Licitatório

Proponente: Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – Cooperunião.

Título do Projeto: “V Feira do Frango”

Projetos de Assentamento Beneficiados direta e indiretamente:

- Município(s): Dionísio Cerqueira-SC Assentamento(s): 01 Famílias: 60

Nº. Famílias Beneficiadas: 60

Vigência: Março 2010

Objeto/objetivos específicos: Viabilizar economicamente a realização da “V FEIRA DO FRANGO”/Apoio para divulgação da V FEIRA DO FRANGO, Adaptação do local e aluguel de equipamentos, Transporte e assessoria de duas nutricionistas.

Valor total : R\$ 20.000,00

Situação: Executado e Finalizado

- Modalidade: Processo Licitatório

Proponente: Prefeitura Municipal de Abelardo Luz –SC

Título do Projeto: Apoio à Realização da EXPOPEIXE 2010

Projetos de Assentamento Beneficiados direta e indiretamente:

- Município(s): Abelardo Luz-SC Assentamento(s): 22 Famílias: 1418

Nº. Famílias Beneficiadas: 1418

Vigência: Março de 2010.

Objeto/objetivos específicos: Suprir a demanda de recursos necessários para realização do evento EXPOPEIXE 2010./Apresentar o resultado da reforma Agrária existente no município de Abelardo Luz-SC, onde há 22 (vinte e dois) projetos de assentamento com 1.418 (hum mil quatrocentos e dezoito) famílias assentadas.

Valor total : R\$ 52.768,00

Situação: Executado e Finalizado.

- Modalidade: Processo Licitatório

Proponente: Prefeitura Municipal de Ponte Alta –SC

Título do Projeto: Apoio à Realização da 8º festa da Moranga

Projetos de Assentamento Beneficiados direta e indiretamente:

-Município(s): Ponte Alta-SC Assentamento(s): Anita Garibaldi Famílias: 45

-Município(s): Correia Pinto-SC Assentamento(s): Pátria Livre Famílias: 80

-Município(s): Campo Belo do Sul-SC Assentamento(s): 17 de Abril Famílias: 45

-Município(s): Curitiba-SC Assentamento(s): 1º de maio Famílias: 30

-Município(s): Curitiba-SC Assentamento(s): Herdeiros. Do Contestado Famílias: 20

-Município(s): Frei Rogério-SC Assentamento(s): Índio Galdino Famílias: 58

Nº. Famílias Beneficiadas: 278

Vigência: Abril de 2010.

Objeto/objetivos específicos: Suprir a demanda de recursos necessários para realização do evento/Divulgação da Agroindústria Alimentar, projeto apoiado pelo INCRA-SC e o Banco do Brasil – DRS, através do PDSI/INCRA/SC – Programa de Desenvolvimento Sustentável Integrado que visa desenvolver as famílias assentadas, por intermédio de cadeias produtivas, segundo o conceito de desenvolvimento sustentável.

Valor total : R\$ 15.000,00

Situação: Executado e Finalizado.

- Modalidade: Processo Licitatório

Proponente: Cooperativa Central da Reforma Agrária de Santa Catarina – CCA/SC.

Titulo do Projeto: I FEIRA CRIOLA DOS ASSENTAMENTOS DE PASSOS MAIA E REGIÃO

Projetos de Assentamento Beneficiados direta e indiretamente:

- Município(s): Passos Maia-SC Assentamento(s): 12 Famílias: 402
- Município(s): Vargão-SC Assentamento(s): Boa Vista do Jardim Famílias: 50
- Município(s): Ponte Serrada-SC Assentamento(s): Derrubada Famílias: 32

Nº. Famílias Beneficiadas: 484

Vigência: Novembro de 2010.

Objeto/objetivos específicos: Viabilizar a divulgação e venda dos produtos oriundos da Reforma Agrária da região de Passos Maia-SC/Promoção dos produtos oriundos dos assentamentos da região de Passos Maia-SC, bem como resgate da cultura camponesa.

Valor total : R\$ 15.500,00

Situação: Executado e Finalizado.

- Modalidade: Convênio

Processo: 54210.001215/2009-48

SICONV: 734109/2010

Proponente: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Projetos de Assentamento Beneficiados direta e indiretamente:

- Município(s): Dionísio Cerqueira-SC Assentamento(s): Tracutinga Famílias: 60

Nº. Famílias Beneficiadas: 60

Vigência:

- Início: 1/6/2010

- Término: 31/12/2010

Objeto: Repasse de recursos financeiros pela SR-10 a PM Dionísio Cerqueira, através da Sec. Mun. De Infra-Estrutura, para Aquisição de Equipamentos para atender a Agroindústria.

Valor total : R\$ 180.000,00

Valor Contrapartida: R\$ 1.800,00

Situação: Vigência terminada - Objeto atendido(físico) - Aguardando prestação de Contas.

- Modalidade: Convênio

Processo: 54210.000991/2010-64

SICONV: 751811/2010

Proponente: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira-SC

Projetos de Assentamento Beneficiados direta e indiretamente:

- Município(s): Dionísio Cerqueira-SC Assentamento(s): 02 Famílias: 105
- Município(s): São José do Cedro-SC Assentamento(s): 02 Famílias: 109
- Município(s): São Miguel do Oeste-SC Assentamento(s): 02 Famílias: 55
- Município(s): Anchieta-SC Assentamento(s): 02 Famílias: 28
- Município(s): Paraíso-SC Assentamento(s):Três passos Famílias: 50
- Município(s): Romelândia-SC Assentamento(s):Rosário Famílias: 18
- Município(s): Campo Erê-SC Assentamento(s):Itatiba Famílias: 50
- Município(s): Palma sola-SC Assentamento(s):São Luiz Famílias: 31
- Município(s): Bandeirante-SC Assentamento(s):Bandeirante Famílias: 09
- Município(s): Barra Bonita-SC Assentamento(s):25 de Maio Famílias: 21

Nº. Famílias Beneficiadas: 476

Vigência:

- Início: 22/12/2010

-Término: 04/11/2011

Objeto: Maximizar a utilização da infra-estrutura existente para a produção, abate, processamento e comercialização de frango de corte no PA Tracutinga.

Valor total: R\$ 1.359.779,40

Valor Contrapartida: R\$ 27.750,60

Situação: Aguardando envio de pendências do Projeto Básico e análise do setor de Infra-estrutura (área de Engenharia Civil), para liberação da primeira parcela e início da vigência física - Data limite para envio e aprovação da análise 30/03/2011.

Os objetivos propostos na modalidade de processo licitatório foram alcançados com sucesso, cuja finalidade foi de elevar a visibilidade dos produtos da reforma agrária e possibilitar rotas comerciais, abrindo espaço no mercado consumidor para a produção oriunda dos projetos de assentamento envolvidos. Nos itens restantes de modalidade convênio, 1 (hum) se encontra em fase de “aguardo da prestação de contas”, cujo objetivo foi alcançado sem problemas, restando somente a análise final da prestação de contas para seu encerramento. No outro em fase de execução, não encontrado problemas até o presente momento.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	P/A/O P	1/2/3/4	documentos	382	240	63%	500

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
49878,00	27.932,00	27.932,00	100,00%	27.932,00	100,00%	27.932,00	100,00%

Fonte:

Na ação 4358 , Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, nesta UJ, foram emitidos 240 (duzentos e quarenta) CCUs, destes, 32 (trinta e dois) CCUs objetivaram contemplar os beneficiários do PA Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió, criado em fins do ano de 2009. Os demais contemplaram beneficiários em parcelas retomadas em PA´s antigos (anteriores a 2010) ou por substituição do CA (Contrato de Assentamento), por ocasião de movimentação do processo individual do beneficiário. Foram realizadas 240 publicações no Boletim de Serviço, conforme os números relacionados no banco de dados complementar da reforma agrária – Relatório de Publicação CCU.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)

Fonte:

A Superintendência Regional de Santa Catarina não possui projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

NIHL

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	89	0	0,00%	1034

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
32.500,00	113.475,5	112.359,3 3	99,00%	112.359,33	99,00%	112.209,33	99,80%

A fim de cumprir as condicionantes existentes nos anexos das Licenças Ambientais de Operação, a Superintendência iniciou um programa de **Educação Ambiental nos Assentamentos**, o qual foi organizado em 4 oficinas, totalizando 32 horas-aula para cada assentamento.

As oficinas contemplaram as seguintes temáticas:

Oficina 1: Sensibilização acerca da importância do projeto e orientação sobre as exigências decorrentes da legislação ambiental vigente, destacadamente, quanto à Reserva Legal e Área de Preservação Permanente e importância do termo de compromisso, com ênfase à sua aplicação no contexto dos Assentamentos de Reforma Agrária.

Oficina 2: Manejo Sustentável dos Recursos Naturais.

Oficina 3: Sistemas Sustentáveis de Produção e Recuperação de Áreas Degradadas.

Oficina 4: Resíduos Sólidos e Resíduos Tóxicos.

Ao final das oficinas, os assentados assinam um documento de comprometimento em realizar ações que favoreçam o desenvolvimento sustentável do assentamento.

Ressaltamos que a educação ambiental é uma das condicionantes da Licença Ambiental de Operação dos Projetos de Assentamentos. Ademais, possibilita às famílias assentadas que, através dos conhecimentos adquiridos, sejam executadas outras atividades voltadas ao cumprimento das demais condicionantes.

Os projetos de educação ambiental tiveram início em 2008, através da contratação de empresa, beneficiando 14 Projetos de assentamento situados no município de Passos Maia.

No ano de 2009 foram realizadas mais duas licitações visando contratar empresa especializada para prestação de serviço de educação ambiental. O primeiro contrato abrangeu 21 assentamentos distribuídos em 7 municípios, enquanto o segundo abrangeu 31 assentamentos distribuídos em 7 municípios.

Ainda no ano de 2009, foi realizada nova contratação para prestação de serviços referentes à educação ambiental nos 29 projetos de assentamento que já possuíam Licença Ambiental de Operação, envolvendo 1.151 famílias. Este contrato, embora tenha sido realizado com recursos financeiros de 2009, foi executado, fiscalizado e encerrado no ano de 2010.

Desta forma, todos assentamentos que tiveram suas licenças ambientais expedidas até dezembro de 2009 foram contemplados no programa de educação ambiental, restando somente aqueles assentamentos cuja licença ambiental de operação foi expedida em 2010.

O quadro abaixo contempla a execução e abrangência do programa de educação ambiental desde seu início, em 2008, até o fim de 2010.

Quadro 1: Recurso orçamentário, execução e abrangência dos quatro contratos realizados pela SR(10) – SC para realização de oficinas ambientais nos assentamentos:

Contrato Educação Ambiental	Recurso orçamentário (ano)	Execução (ano)	Municípios abrangidos (nº)	P.A.s contemplados (nº)	Famílias atendidas (nº)
1	2007	2008	1	14	380
2	2008	2009	7	31	1764
3	2008	2009	7	21	731
4	2009	2010	12	29	1.151
Total			27	95	4.026

Em relação à recuperação ambiental mediante o plantio de mudas nativas, informamos que o Incra/SC já realizou três processos licitatórios visando à contratação

de empresa especializada, no entanto, todas tentativas revelaram-se infrutíferas. Na primeira ocasião, em 2008, a empresa eleita no processo licitatório não executou os serviços contratados. Na segunda tentativa, em 2009, as duas únicas empresas interessadas no certame apresentaram valores muito maiores do que os orçados pela administração.

A terceira tentativa, realizada em 2010, objetivava a implantação de um projeto-piloto no assentamento 13 de junho, município de Passos Maia para a recomposição das áreas de preservação permanente. Após o término deste projeto-piloto, seriam realizados os ajustes necessários e então o mesmo seria implantado nos demais assentamento do INCRA/SC. Contudo, não foi executado porque a empresa classificada no certame não apresentou a documentação exigida no Edital de Licitação, sendo por isso desclassificada.

Em virtude destes acontecimentos, a Superintendência Regional de Santa Catarina ainda não conseguiu contratar os serviços de recuperação ambiental.

Devemos ressaltar a capacidade operacional do Serviço de Meio Ambiente, composto por 4 servidores, principalmente para a fiscalização dos Programas de Manejo, sendo que a fiscalização do último projeto de Educação Ambiental foi realizada por servidor de outra divisão, além de que por 3 meses (agosto à outubro), 2 servidores estavam cedidos à divisão de Ordenamento Fundiário e 1 servidora encontrava-se em licença maternidade de janeiro à agosto de 2010.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	249	334	134%	500

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			97,00				

A execução da ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas nesta UJ, esta proporcionando melhoria na qualidade de vida das famílias atingidas pela ação, apresentando melhoria nas habitações presentes ou a implantar nos

Projetos de Assentamento, gerando com isso melhoria na acomodação das famílias assentadas, criando postos de trabalhos, movimentação da economia local, trazendo a sociedade para dentro dos assentamentos e dessa forma gerando nova visão sobre o mesmo, nova postura do assentado gerando embelezamento de seu lote, aumento da auto-estima. Como todo projeto a desenvolver ou em desenvolvimento, sempre surgem problemas de diversas ordens, que ao serem apresentados, dentro de uma dinâmica e de acordo com as normativas e legislação que norteiam o processo vão sendo resolvidos.

Com efeito de análise, entendemos que os valores ofertados, principalmente ao crédito Aquisição e recuperação materiais de construção, não condizem plenamente com as necessidades das famílias assentadas, desta forma buscamos realizar o possível a partir de um cenário ideal, em mediação constante com os recursos materiais e humanos disponíveis.

Os insucessos, se levarmos em conta o universo a ser trabalhado, não são fatores relevantes, que possam ser avaliados como não conformação da validade de todo o processo. São casos pontuais, que sempre com a criatividade e vontade de ser fazer um trabalho de grande magnitude, sempre são resolvidos. Os erros de conduta, quando de conhecimento do Órgão, são tratados imediatamente, e os resultados são apresentados às esferas superiores de acordo com o que prevê a legislação vigente. Quando detectado qualquer problema, na aplicação do crédito instalação, é constituída comissão por Ordem de Serviço de acordo com a legislação vigente, sendo que após a conclusão dos trabalhos, além de se notificada o agente causador, e enviado cópia do processo a Polícia Federal e ao Ministério Público.

Sobre a transferência dos recursos, esta ocorre de maneira a desejar melhorias, visto as agências do BB que operam os recursos desta ação, por vezes, não observarem o regramento proposto pela ação, promovendo movimentação dos recursos depositados em conta corrente vinculada e bloqueada, sem a devida autorização desta casa, fato este, quando identificado pelo acompanhamento do processo, seja pelo assegurados ou pela comissão de acompanhamento e fiscalização, a agência bancaria, bem como a sede da instituição financeira, é imediatamente notificada para providenciar a reposição dos recursos movimentados indevidamente.

Quando a ocorrência envolve o público assentado, é solicitado que reponha o que faltou, se for empresa ou instituição financeira que reponha o material e/ou valor diminuído. Cabe a comissão de fiscalização e acompanhamento da aplicação do crédito instalação, a procederem o acompanhamento das providências corretivas que foram

deliberadas pela comissão de inquérito, e a manter informado a Chefia sobre os desdobramento e cumprimento das ações propostas.

A execução da ação 0427, ao que tange a aplicação do crédito instalação na modalidade construção e recuperação de habitações, tem basicamente a incidência de parcerias, ou com a Caixa Econômica Federal, com Prefeituras Municipais, com a Cooperativa Central de Reforma Agrária e com outras instituições que servem como entidades organizadoras (através de termo de cooperação técnica). Normalmente esses recursos são transferidos para contas especialmente abertas junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A importância dessa parceria é fazer com que se alcance uma melhor aplicação dos recursos disponibilizados, e conseqüentemente ter mais uma fonte de acompanhamento e fiscalização, gerando o produto final de melhor e maior qualidade, propiciando melhor conforto as famílias assentadas.

Sobre as vantagens do referido crédito, principalmente é de permitir a melhoria da auto-estima da família assentada, além de proporcionar uma nova visão sobre a área do assentamento. Das desvantagens, podemos citar os valores estipulados para repasse, à interrupção da parceria com a Caixa Econômica Federal, e as exigências efetuadas pelas Normas de Execução, que muitas vezes oneram o valor concedido, visto exigência dos Órgãos de Controle interno e externo. Quanto à capacidade da força de trabalho da unidade jurisdicionada, mesmo sendo insuficientes os servidores conseguem efetuar aplicação e acompanhamento de forma eficiente.

Quanto aos critérios utilizados para análise e aprovação dos repasses de recursos estão contidos nas várias legislações existentes que disciplinam a forma e quantidade de crédito a ser disponibilizado. As eventualidades surgidas são analisadas a luz da legislação vigente, e se contempladas pela mesma são concedidos.

Não há problemas de inadimplência dos recursos transferidos, porém quando detectado problemas são mantidas ações textuais sobre o fato, e se não corrigidas são tomadas ações de acordo com a legislação vigente. Normalmente se utiliza de expediente formal para exigir da parte causadora a reparação do caso ocorrido, ou a reposição de valor, dessa forma evitando que o fato proposto deixe de ser executado. Foram construídas 41 casas novas e 293 casas reformadas.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999	1	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
370.783,00	580.373,57	576.256,84	99,00%	576.256,84	99,00%	503.321,53	87,00%

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos técnicos responsáveis pela operacionalização das ações afetas a esta Divisão– passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias – para aplicação de crédito instalação, vistorias dos lotes objetivando a ocupação regular deste, vistorias de obras de infra estrutura, acompanhamento e fiscalização dos projetos de Terra Sol; Pronera e Ates.

Estão incluídos aqui, os gastos com as ações de acompanhamento ao desenvolvimento das cadeias produtivas fomentadas para cada região do Estado, através dos programas desenvolvidos pelo MDA nos territórios da Cidadania, acompanhamento às ações do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS e ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Integrado- PDSI - desenvolvido por esta Superintendência nas áreas de Assentamento que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Considerando os resultados obtidos observamos um substancial avanço na melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas no período através da aplicação do Crédito instalação – com maior ênfase na melhoria das condições de habitação. Garantia da regular aplicação dos recursos de infra estrutura, Terra Sol e Pronera. Com relação ao Ates houve melhorias no acompanhamento e fiscalização do ajuste. Sendo importante registrar que o convênio de Ates foi/esta sendo analisado pelo TCU, sendo respondido todas as indagações levantadas por aquele órgão de controle, e, no entanto, até o momento, não houve manifestação conclusiva por aquela corte de contas.

Com relação aos entraves encontrados, situamos a morosidade na solução aos ajustes solicitados às propostas apresentadas ao serviço de infra-estrutura e Terra Sol, as quais atribuíram à falta de pessoal capacitado justo às entidades proponentes (prefeituras e outros) na operacionalização do SICONV.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

- f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	P/A/O P	1/2/3/4	imóvel	3000	30593	1019,77 %	3000

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
27.000,00	33.500,00	31.796,11	95,00%	31.796,11	95,00%	31.796,11	95,00%

Fonte:

A Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural engloba as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a fidedignidade e consistência das atualizações cadastrais, bem como permite o acompanhamento, análise e a aplicação da legislação cadastral vigente permitindo a execução de atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras, além das atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país. A Ação também viabiliza o controle e a celebração de termos de cooperação técnica entre o INCRA e as Prefeituras Municipais, possibilitando a implantação das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e sua integração ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Por fim, permite a execução das atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de

combate ao trabalho escravo.

No âmbito desta superintendência, compreendendo uma área territorial de 9.534.618,1 hectares distribuídos em 293 municípios, e englobando aproximadamente 330.000 mil imóveis rurais através das ações do SNCR, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária efetua seu atendimento à população analisando processos de desmembramento, parcelamento, inclusão e cancelamento de imóveis rurais de acordo com a legislação vigente.

Principais resultados: Santa Catarina possui atualmente 284 (duzentos e oitenta e quatro) Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs, e com o apoio de 4 (quatro) servidores lotados no Serviço de Cadastro Rural, foram realizados 5 treinamentos para UMCs, envolvendo capacitação para iniciantes, reciclagens e Cursos sobre o Manual de Cadastro Rural, perfazendo um total de 110 participantes.

Foram emitidas 121 (cento e vinte e uma) autorizações para o desmembramento de áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento de acordo com o Decreto 62.504/68, trabalho este realizado por 4 (quatro) servidores da Divisão.

Em 2010, a Superintendência de Santa Catarina possuía na PO uma meta física prevista de 3.000 imóveis a serem gerenciados, ou seja, imóveis provavelmente passíveis de alteração do tipo inclusão, alteração, cancelamento, etc. no SNCR, no entanto no exercício de 2010 foram gerenciados um total de 30.593 imóveis rurais, alcançando um percentual de 1.019,7% de meta realizada. Tal resultado se justifica tendo em vista a continuidade nos cursos de capacitação realizados no exercício, o que vem ampliando a qualidade do atendimento prestado pelos UMC aos proprietários de imóveis rurais, bem como a divulgação da importância de se manter as informações referentes a imóveis rurais atualizados no SNCR.

Principais problemas: os problemas encontrados na execução da Ação 2105 estão relacionados à falta de recursos humanos, o que poderia ser sanado com a realização de concurso para a contratação de novos servidores.

Contratações e Parcerias: a Superintendência Regional de Santa Catarina possui 284 (duzentos e oitenta e quatro) Termos de Cooperação Técnica firmados entre INCRA e Prefeituras Municipais para implantação e funcionamento das Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs. Estes, consistem na nomeação, pelo Prefeito, de um servidor municipal para receber treinamento e capacitação a serem

ministrado pelo INCRA a fim de integrar a UMC ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e, assim, permitir ao proprietário de imóvel rural o fácil acesso aos serviços do INCRA.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

A Ação 2114 – Sistema de Cadastro Rural compreende o gerenciamento de, aproximadamente, 330.000 mil imóveis rurais no Estado, através das ações do SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural (inclusão, alteração e cancelamento de imóveis rurais de acordo com a legislação vigente).

Os recursos financeiros da Ação ficam centralizados na SEDE,

responsável pelo banco de dados informatizado (Sistema Nacional de Cadastro Rural) e sua manutenção.

NIHL

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Edvaldo Gomes.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/OP	1/2/3/4	ha	2667	0	0	2500

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
40.000,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

O georreferenciamento de imóveis rurais auxilia na constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, o que resulta progressivamente num novo mapa fundiário do país e em uma referência para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

Na Ação em questão, a Divisão de Ordenamento realizou trabalhos de fiscalização às obras de topografia licitadas pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e apoio aos trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Obtenção de Imóveis rurais.

Principais resultados: Os principais resultados obtidos na Ação fazem referência à Certificação de Imóveis Rurais (análise de processos de georreferenciamento e emissão de Certificação realizada pelo Comitê Regional de Certificação, composto por 3 (três) servidores do Serviço de Cartografia e 5 (cinco) servidores do Serviço de Cadastro Rural).

No exercício de 2010 foram emitidas 59 (cinquenta e nove) Certificações, destas 48 referentes a processos constituídos em exercícios anteriores e 11 do exercício de 2010.

Principais problemas: como outras ações, os problemas encontrados na execução da Ação 4426 estão relacionados à falta de recursos humanos, o que poderia ser sanado com a realização de concurso para a contratação de novos servidores.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	P/A/OP	1/2/3/4	imóvel/posse	98	0	0	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
40.000,00	33.000,00	32.722,00	99,00%	32.722,00	99,00%	32.722,00	99,00%

Fonte:

A implantação do programa de regularização fundiária faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária e visa regularizar as pequenas posses de boa fé. Em todo o Brasil, existem mais de um milhão de agricultores com posses de até 100 hectares. As principais consequências dessa situação irregular são os obstáculos ao acesso ao crédito e políticas de fomento e comercialização, além da instabilidade quanto à garantia pacífica da posse. São nas áreas de maior concentração de posses irregulares que ocorrem os mais altos índices de violência associada à questão agrária.

Atualmente, a ausência de informações públicas e de um cadastro consistente acaba sustentando a concentração da propriedade e impede que o Estado conheça todo o território nacional.

Assim, o Incra/SC firmou com o Estado de Santa Catarina, com a Interveniência da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural – SAR, em 2005, o Convênio nº 535028, que tem por objetivo a prestação de serviços de georreferenciamento e regularização fundiária de imóveis, conforme Processo nº 54210.001509/2005-46, englobando 1450 imóveis rurais que necessitam de regularização fundiária no estado. O INCRA/SC, sem liberação de recursos no ano de 2010, aguarda a finalização do convênio que depende da Justiça para a promulgação das sentenças referentes às ações de usucapião abertas a partir do convênio.

Em relação à Regularização Fundiária, no tocante às áreas desapropriadas pelo INCRA e que aguardam a análise conclusiva de processos administrativos para a emissão dos títulos definitivos, a Superintendência de Santa Catarina nada realizou no exercício de 2010.

Em que pese à destinação dos recursos financeiros centralizados no INCRA SEDE e repassados às Superintendências responsáveis em atender demanda referente às ações de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, a de se esclarecer que não existe a possibilidade de tratarmos da regularização fundiária no Estado, tendo em vista que as Instruções Normativas vigentes não se aplicam a áreas *desapropriadas*, e sim a áreas da União *arrecadadas* ou *descriminadas*. O que não é o caso de Santa Catarina, que possui diversas áreas que no passado sofreram **desapropriação** pelo INCRA, no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época, e cujas posses ainda não foram regularizadas.

O que se vê atualmente são posseiros sem qualquer apoio do Governo Federal e que lutam com suas próprias mãos para produzirem seu sustento e viverem dignamente.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/O P	1/2/3/4	texto	0	0	0	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

A Superintendência Regional de Santa Catarina não possuía meta física a ser atingida no exercício de 2010.

NIL

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marrek Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/O P	1/2/3/4	texto	5000	0	0	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
25.000,							

A Superintendência Regional de Santa Catarina não possuía meta física a ser atingida no exercício de 2010 e não houve descentralização de recursos para esta Ação.

NIL

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Richard Martins Torsiano.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999	1	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	45.401,67	45.027,82	99,00%	45.027,82	99,00%	45.027,82	99,00%

Fonte:

Os recursos destinados a Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa foram destinados para fiscalizar alguns processos de georreferenciamento e certificação de imóveis rurais bem como para a fiscalização das demarcações topográficas licitadas pela Divisão de Desenvolvimento.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ronaldo Alves de Souza.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	P/A/O P	1/2/3/4	Servidor capacitado	53	33	62,26%	61

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
50.191,00	67.197,49	55.926,42	83%	55.926,42	83%	55.926,42	83%

RELATÓRIO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO DA SR(10)SC – PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO/2010

NOME	MATRÍCULA	CURSO	PERÍODO	LOCAL	CARGA HORÁRIA CUSTOS
Valdecir Dias Mendonça	0725174	I OFICINA DOS GRUPOS DE TRABALHO DAS UNIDADES DO SIASS.	11 A 12/03/2010	Min. Planejamento Recife - PE	CH = 18 h/a Inscrição = 0 Diárias = 838,40 Passagens = 1.200,00
Eduardo Forville Jovania Maria Muller	1531341 1473379	OFICINA DE CAPACITAÇÃO PARA ASSEGURADORES DO PRONERA	15 A 19/03/2010	INCRA Brasília - DF	CH = 40 h/a Inscrição = 0 Diárias = 3.104,60 Passagens =
Naurílio Martins Filho	0722719	V CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	15 A 18/03/2010	Negócios Públicos Eventos e Serviços Foz do Iguaçu - PR	CH = 26 h/a Inscrição = 2.590,00 Diárias = 810,85 Passagens =
Alexandre Fachini Minitti	1473258	CURSO DE georreferenciamento – UMA ABORDAGEM	17 a 19/03/2010	IBAPE/SC	CH = 20 h/a

		INICIAL		Florianópolis - SC	Inscrição = 300,00 Diárias = 0 Passagens = 0
Taísa Lúcia da Silva A. Ramos Cristiano de Oliveira Mascarenhas	0722708	Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	06 a 09/04/2010	INCRA Anápolis - GO	CH = 32 h/a Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
André Arthur Dutra	1554681	SICONV – PASSO A PASSO	28 A 30/06/2010	INCRA/PR Curitiba - PR	CH = 24 h/a Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
Valdecir Dias Mendonça	0725174	FÓRUM DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR	23 A 25/06/2010	Min. Planejamento Gramado - RS	CH = 20 h/a Inscrição = 0 Diárias = 714,50 Passagens = 864,24
Marcela do Amaral P. Machado	1528750	III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação no Campo; III Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro e I Encontro	04 a 06/08/2010	UNB Brasília - DF	CH = 30 h/a Inscrição = 0 Diárias = 614,04

		Internacional de Educação do Campo.			Passagens =
Valdecir Dias Mendonça	0725174	III Encontro de Atenção à Saúde do Servidor Público e II Fórum de Saúde Mental na Administração Pública Federal.	31/08 a 03/09/2010	Min. Planejamento Brasília - DF	CH = 30 h/a Inscrição = 0 Diárias = 1.103,90 Passagens = 799,86
Juares Antônio Martins	0722694	Curso sobre Procedimentos de atendimento ao Tribunal de Contas da União/TCU	26/08 a 27/08/2010	INCRA/PR Curitiba - PR	CH = 16 h/a Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
Fernando Lúcio R. de Souza	1510638	II Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários	09/09 a 11/09/2010	CNJ Belém – PA	CH = 24 h/a Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
Paulo Afonso Amato Conde Rubens José Perfoli	0724632 01473941	XI Seminário Ética na Gestão Pública	27/09 a 28/09/2010	ESAF Brasília - DF	CH = 16 h/a Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
Daniela Noêmia Sales Jansen	1548971	Seminário de	23/09 a 24/09/2010	UDESC	CH = 12 h/a

Doroteo Anacleto Martins Godofredo Otomar Leising	1031553 0722702	georreferenciamento, Cadastro e Certificação de Imóveis Rurais		Lages - SC	Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
Sérgio Eduardo Ferreira	2507398	Treinamento sobre a Utilização do GPS JUNO E SGT	28/09 a 01/10/2010	INCRA/BSB Brasília – DF	CH = 40 h/a Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
Juares Antônio Martins Celson Ernesto Beal	0722694 0722715	Treinamento em Tomadas de Contas Especial - TCU	18 a 22/10/2010	INCRA/BSB São Paulo - SP	CH = 40 h/a Inscrição = 0 Diárias = Passagens =
Doroteo Anacleto Martins Godofredo Otomar Leising Jânio Carlos Reitz Jandir de Marchi Jussara D’Ambrósio Ferreira	1031553 1031553 0722684 0722726 1552648	COBRAC 2010	10 a 14/10/2010	UFSC Florianópolis - SC	CH = 34 h/a Inscrição = 0 Diárias = 0 Passagens = 0
Marcela do Amaral P. Machado	1528750	II Oficina de Capacitação para Asseguradores do Pronera	03 a 05/11/2010	INCRA/BSB Brasília – DF	CH = 24 h/a Inscrição = 0

					Diárias = Passagens
Marcela do Amaral P.Machado	1528750	GESTÃO DE CONVÊNIOS	09/11/2010 a 12/11/2010	Florianópolis/SC	CH=24 hs/a
Márcio Moraes Rutkoski	1552415				Inscrição= 7.160,00
Marcos Bierhals	1548436				Diárias=
Marcelos João Alves	1627755				Passagens=

TOTAL SERVIDORES CAPACITADOS = 31

TOTAL DE CAPACITAÇÕES = 18

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Nilton Bezerra Guedes**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	0	22601	226,01%	1500

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	37.000,00	36.999,96	99,99%	36.999,96	99,99%	36.999,96	99,99%!

Fonte:

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P/A/O P	1/2/3/4	Comunidade / território	0	0	0	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	510.517,98	507.266,87	99,36	507.266,87	99,36	157.147,97	30,78

Os quilombos são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se auto-definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem a atribuição de identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização de seu território, realizando as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos, bem como promover a elaboração do relatório antropológico e a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID das áreas.

Principais resultados: No âmbito da Superintendência Regional de Santa Catarina, foram iniciados os trabalhos de avaliação dos imóveis inseridos no Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros, tendo em vista a assinatura pelo Presidente da República do Decreto de Desapropriação em junho.

Em relação à Comunidade São Roque, a assinatura e publicação da Portaria de Reconhecimento do Território aguarda ainda a posição da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal quanto ao conflito entre INCRA e ICMBio, haja visto a sobreposição do território pleiteado com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Agindo de forma pioneira, Santa Catarina lançou no fim de 2010 o processo licitatório visando contratação para a elaboração do Relatório Antropológico, peça fundamental para a elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTIDs das seguintes áreas pleiteadas pelas comunidades remanescentes de Quilombolas:

Campo dos Poli, localizada nos municípios de Monte Carlo e Fraiburgo, com cerca de 20 (vinte) famílias de remanescentes;

Família Thomaz, em Treze de Maio, com 20 (vinte) famílias remanescentes;

Morro do Boi, em Balneário Camboriú, com 15 (quinze) famílias;

Aldeia, em Garopaba, com cerca de 30 (trinta) famílias;

Morro do Fortunato, Garopaba, com 30 (trinta) famílias;

Santa Cruz, em Paulo Lopes, com 30 (trinta) famílias.

Apenas as Comunidades Campo dos Polí e Família Thomaz não estão territorializadas, ou seja, o estimado território está ocupado por terceiros. As demais comunidades estão sobre seus territórios, porém sem definição de suas dimensões. O prazo máximo estabelecido no contrato para a execução da pesquisa e consequente elaboração do Laudo Antropológico é de 240 dias para Campo dos Polí, 240 dias para Família Thomaz, 240 dias para Morro do Boi e 240 dias para as três comunidades restantes: Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz.

Valores contratados: R\$ 72.618,00 para Campo do Polí, R\$ 72.555,50 para Família Thomaz, R\$ 72.462,50 para Morro do Boi e R\$ 132.482,90 para as Comunidades de Aldeia, Morro

do Fortunato e Santa Cruz, totalizando R\$ 350.118,90 (trezentos e cinquenta mil, cento e dezoito reais e noventa centavos). Os recursos foram inscritos em restos a pagar, tendo em vista a Ordem de Serviço que fixou o prazo para o início dos trabalhos em janeiro de 2011.

As comunidades Morro do Boi, Mutirão e Costeira, Itapocú, Tapera, Areias Pequenas e Família Lúdia, não foram inclusas no processo de licitação do Laudo Antropológico por não estarem certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP.

A Comunidade Valongo possui certificação pela Fundação Cultural Palmares, no entanto não há interesse pela comunidade quanto a Titulação pelo INCRA.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/O P	1/2/3/4	HA	0	0	0	7900

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

Tendo em vista a publicação do Decreto de Desapropriação do Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros em junho de 2010, apenas foram iniciados os trabalhos de vistoria de avaliação no referido território, não tendo sido realizado pagamento de indenização no exercício.

NIL

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida do Santos**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999		0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

NIL

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
99	999	XXXX	9999	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

NIL

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	P/A/O P	1/2/3/4	Profissional	192	291	151,00%	250

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
960.000,00	200.000,00	200.000,00	100,00%	200.000,00	100,00%	=0=	#DIV/0!

Nesta ação, o INCRA/SC é responsável pela execução de três projetos de educação, conforme segue:

1. Curso de Ensino Técnico em Agropecuária Agroecológica

O Curso foi implantado através de convênio firmado entre INCRA e a Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária – FAPEU, com a interveniência da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através do Centro de Educação - CED e em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e tem por objetivo a formação de 50 educandos das áreas de reforma agrária do Estado de Santa Catarina. Cabe destacar que esse convênio está sendo gerido através do Sistema de Convênios – SICONV do governo federal, sob o registro de proposta nº 008783/2008.

O prazo de execução do convênio é de dezembro/2008 a dezembro/2011, destacando-se que no decorrer deste período, está previsto acontecer seis etapas presenciais, denominadas de “tempo escola”, que consistem em aulas presenciais de aproximadamente vinte dias, sendo uma a cada semestre letivo. No intervalo entre cada uma das etapas presenciais, ocorrem os tempos-comunidade (tempo acadêmico), onde os educandos terão que realizar leituras, pesquisas e trabalhos referentes aos componentes curriculares do curso, os quais farão parte do processo de avaliação final, com vistas ao recebimento do certificado de conclusão do curso.

As aulas e atividades presenciais estão sendo ministradas nas dependências da Escola Agrícola 25 de Maio, localizado no Assentamento Faxinal Domingues II, município de Fraiburgo/SC. Essa Escola faz parte da rede oficial de Ensino Estadual, sendo que os educandos que estão freqüentando o Curso de Técnico em Agropecuária Agroecológica, também estão cursando de forma concomitante o ensino médio ofertado pelo Estado, em conformidade com o que prevê a legislação vigente sobre o assunto. Atualmente estão freqüentando o curso 27 educandos. As principais razões para a evasão foi a dificuldade de parte dos alunos em acompanhar as atividades dos dois cursos, quer seja, o ensino médio e o técnico, tendo em vista a alta carga horária. Outro fator diz respeito ao atraso na liberação dos recursos por problemas na operacionalização do SICONV, o que levou muitos pais matricular seus filhos em outras escolas, uma vez que os mesmos iriam cursar o ensino médio e o técnico concomitantemente.

Conforme previsto no Plano de Trabalho do convênio, no ano de 2010 foram ministradas duas etapas presenciais (tempo escola), bem como a realização de duas viagens de acompanhamento pedagógico – VAP, ocasião em que a coordenação do curso faz uma visita aos educandos em suas propriedades. Essas visitas têm o objetivo de acompanhar as atividades desenvolvidas pelos alunos durante o tempo comunidade, tais como leituras, pesquisas e o desenvolvimento de experiência e trabalhos práticos, baseados no conhecimento teórico aprendido na Escola através das disciplinas ministradas durante as etapas presenciais.

Além do tempo escola, do tempo comunidade e das VAPs, outras ações importantes desenvolvidas durante o ano de 2010, foram as seguintes: a) construção de Unidades Didáticas na Escola, onde os alunos realizam as aulas práticas e implementam experiências na área da produção agroecológica, sendo que essa atividade foi apresentada ao conjunto da comunidade escolar (alunos, familiares e assentamentos do entorno); b) realização de Dia de Campo sobre construção de cercas elétricas; c) como complemento às disciplinas técnicas, o curso ofertou aos alunos três Oficinas Interdisciplinares: Construções Rurais com Bambu, Teatro e Sexualidade; d) realização de Seminários de Integração, do qual participam os alunos, coordenação do curso e professores, onde se procura realizar um intercâmbio de experiências entre os alunos (tempo comunidade) e também se avalia as disciplinas ministradas nas etapas presenciais e as atividades realizadas no tempo comunidade e sua articulação com os conteúdos aprendidos no ensino médio; nessa ocasião também é feito o planejamento da próxima etapa presencial, levando-se em conta as dificuldades e avanços obtidos, com sugestões para a melhoria da qualidade do curso (conteúdo e metodologia de ensino; infra-estrutura; organização, etc.).

Em se tratando das dificuldades apresentadas, a principal delas é em relação ao Portal de Convênios “SICONV”, na sua operacionalização e registro de informações, seja por parte do pessoal da proponente como do próprio INCRA, o que levou inclusive, ao atraso na liberação dos recursos para dar início ao curso, gerando a desistência de vários alunos do curso. Outras dificuldades foram pontuadas por parte da proponente e dizem respeito aos seguintes aspectos: a) baixo valor de repasse de recursos do PRONERA (aluno/ano), o que dificulta a execução de várias atividades e ações do curso, principalmente em se tratando da contratação de pessoal qualificado (professores, coordenadores, bolsistas, etc.); b) dificuldades de realizar despesas de pequeno vulto em viagens de deslocamento aos assentamentos pela coordenação do curso, mediante realização de despesa e posterior apresentação de nota fiscal (impedimento colocado pela Portaria Interministerial Nº 342/2008); c) problemas de acesso à internet e telefonia por parte da Escola, dificultando a

comunicação com a equipe da UFSC; d) distância da Escola/UFSC, dificultando a condução e melhor integração dos trabalhos por parte das duas instituições.

No que diz respeito à avaliação que se faz do curso até o presente momento é que os educandos têm conseguido articular os conteúdos ministrados no curso (técnico e ensino médio), resultando na elaboração de um conhecimento teórico-prático capaz de problematizar e modificar a prática cotidiana dos educandos em suas propriedades. Exemplo disso, é que nas visitas aos alunos observou-se que a grande maioria conseguiu implantar experiências e práticas na área da agroecologia nas suas propriedades melhorando não somente os sistemas produtivos, como também propiciando um estreitamento na relação e integração familiar. Outro aspecto positivo observado foi a maior participação dos alunos em suas comunidades, através da troca de informações e conhecimentos.

2. Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Ensino de Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo

O curso tem por meta a formação de 50 graduados de áreas de reforma agrária, de diversos estados do Brasil tendo, portanto, abrangência nacional. O Termo de Cooperação foi firmado em dezembro/2009, entre INCRA/Sede e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através do Centro de Ciências da Educação – CED, sendo que coube ao INCRA/SC o acompanhamento e fiscalização das ações e atividades.

O prazo de execução do convênio é de dezembro/2009 a dezembro/2011, destacando-se que no decorrer deste período, está previsto acontecer seis etapas presenciais, denominadas de “tempo escola”, que consistem em aulas presenciais de aproximadamente vinte dias. No intervalo entre cada uma das etapas presenciais, ocorrem os tempos-comunidade (tempo acadêmico), onde os educandos terão que realizar leituras e trabalhos referentes aos componentes curriculares do curso, além do trabalho de pesquisa com elaboração de monografia conclusiva, os quais farão parte do processo de avaliação final, com vistas ao recebimento do certificado de conclusão do curso.

As aulas e atividades presenciais estão sendo ministradas de forma alternada nas dependências da UFSC, em Florianópolis/SC e no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis/RS. Atualmente estão freqüentando o curso, 38 educandos. Uma das principais razões para a evasão dos educandos é devido à dificuldade de conciliar as atividades de docência nos assentamentos e as atividades das etapas presenciais, além do deslocamento das regiões de origem até os locais de realização das aulas.

Conforme previsto no Plano de Trabalho do Termo de Cooperação, no primeiro semestre do ano de 2010 aconteceu uma etapa presencial (tempo escola), em Veranópolis/RS, onde foram ministrados os conteúdos das disciplinas previstas. As outras duas etapas presenciais foram realizadas no segundo semestre, em Florianópolis/SC. Além dos conteúdos das disciplinas ofertadas, outras atividades foram realizadas na segunda etapa, tais como: a) Definição das orientações por Linha de Pesquisa; b) realização de dois Seminários Temáticos: “Questão Agrária na Conjuntura Atual” e “Elaboração de Material Didático”; c) realização de Seminário de Socialização de Experiências num Sítio de produção agroecológica em Paulo Lopes/SC. Na terceira etapa também foi dado sequência aos conteúdos teóricos e realizadas as seguintes atividades: a) Seminário Temático “Constituição de Complexos de Estudo para a Organização do Trabalho Pedagógico”; b) Seminário de Socialização de Experiências sobre o Tempo Comunidade e c) Qualificação dos Trabalhos de Conclusão do Curso.

Em se tratando das dificuldades enfrentadas, a principal delas tem sido a necessidade de realizar licitações de todo o recurso até o final de cada ano, do contrário o mesmo retorna aos cofres públicos, não podendo ser novamente solicitada a descentralização do valor perdido. Outras questões a serem pontuadas dizem respeito ao valor aluno/ano, insuficiente para custear todas as despesas do curso, principalmente por se tratar de um projeto de abrangência nacional, onde os custos com deslocamento aéreo dos educandos das regiões mais distantes acaba por onerar em demasiado o projeto; assim como a dificuldade em se conseguir alojamento com um preço compatível ao orçamento, durante as etapas presenciais.

Uma das questões positivas do curso tem sido a troca de experiências e conhecimentos entre os educandos de diferente regiões e realidades sobre os conteúdos e as metodologias de ensino nas escolas do campo. Outro aspecto bem avaliado diz respeito às leituras disponibilizadas pelos professores para a realização dos trabalhos das disciplinas, bem como das monografias durante do tempo comunidade.

3. Curso de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio

O Termo de Cooperação firmado entre o INCRA e a UFSC (Processo n.º 54210.000925/2009-51), tem como objetivo promover a formação, no âmbito do Ensino Médio, de 200 jovens e adultos assentados(as) da reforma agrária, em assentamentos localizados no espaço territorial do Estado de Santa Catarina. O curso vem sendo desenvolvido em três pólos/Municípios:

Abelardo Luz (P.A. José Maria), Catanduvas (P.A. 25 de julho) e Campos Novos (P.A. 30 de outubro).

O referido termo foi publicado no Diário Oficial da União em dezembro/2009 e a sua execução física iniciou-se no ano de 2010. A duração do curso é de dezembro de 2009 a dezembro de 2012. Está prevista a realização de 4 etapas de tempo escola e 4 etapas de tempo comunidade anuais, totalizando, portanto, 12 etapas. Nas etapas do tempo comunidade os educandos realizarão leituras, pesquisas e trabalhos referentes aos componentes curriculares do curso.

O desembolso financeiro realizado pelo INCRA para custeio das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, até o final do exercício de 2010 totalizou R\$ 1.520.000,00, sendo UFSC R\$ 760.000,00 em dezembro de 2009 e R\$ 760.000,00 em dezembro de 2010.

Em virtude do decurso de tempo desde a apresentação (2005) até a aprovação do projeto (dezembro de 2009), muitos dos assentados e assentadas que inicialmente estavam mobilizados(as) para a participação no curso acabaram por iniciar o ensino médio regular nas escolas da rede pública. Dessa forma, foi necessária a realização de atividades e visitas de acompanhamento no primeiro semestre do ano de 2010, bem como uma 1ª etapa de resgate/atualização dos conhecimentos do ensino fundamental a fim de criar as condições necessárias para o cumprimento da meta proposta.

Dessa forma, de acordo com as informações constantes dos relatórios encaminhados pela UFSC e pela comissão de acompanhamento e fiscalização do INCRA, no primeiro ano de execução do Termo de Cooperação (exercício 2009-2010) realizaram-se duas etapas do referido curso (totalizando 267 horas/aula), ao invés das quatro etapas previstas (534 horas/aula). No entanto, a recomposição das turmas e das etapas está prevista para ser equacionada no exercício de 2011. O número de matriculados – que no final do ano de 2010 era de aproximadamente 95, incluindo-se as matrículas dos três pólos – será finalizado ao final da 3ª etapa do tempo-escola (15/02/2011 a 01/03/2011) uma vez que há previsão de novos educandos e educandas a serem incorporados(as). Ao longo do ano de 2010 foi realizada uma visita de acompanhamento pedagógico, a formação de professores e as reuniões de avaliação – uma com a presença de uma das asseguradora do INCRA -, conforme previsto no Plano de Trabalho, além de atividades diversas com vistas ao incremento do processo formativo e de mobilização de educadores e educandos.

Dentre as dificuldades que vem causando impacto e evasão de educandos estão os problemas oftalmológicos. Muitos(as) dos(as) alunos(as) dos três pólos (estima-se que em torno de 80%) possuem algum tipo de dificuldade ou deficiência visual, o que vem gerando desestímulo e

dificuldades para a continuidade de muitos educandos e educandas no curso, sobretudo os mais idosos. A UFSC, através da coordenação do referido curso, está articulando com o serviço médico da própria Universidade uma ação para o equacionamento do referido problema. Está sendo estudada também, paralelamente, a possibilidade jurídica e financeira de remanejamento de rubricas no âmbito do referido projeto para dar conta das despesas com a aquisição de óculos para os(as) educandos(as).

Outra questão que vem dificultando o desenvolvimento das atividades articuladas nos três pólos é o transporte dos educadores e educadoras entre os três municípios. Entre os municípios do estado de Santa Catarina, há um controle do transporte intermunicipal rodoviário por poucas empresas, o que faz com que os horários sejam reduzidos e o tempo de baldeação de um município para outro seja muito longo, o que vem causando impactos para a articulação das agendas de aulas dos diversos educadores.

Apesar das dificuldades apresentadas para efetivação e desenvolvimento do referido projeto, os educandos e a equipe pedagógica envolvida demonstram satisfação no desenvolvimento da experiência, destacando a importância da adoção de uma metodologia que não apenas incorpore a realidade na discussão e apreensão do conhecimento, como principalmente faça com que a os conteúdos didáticos demonstrem a complexidade da realidade em que os educandos e educandas - e também os educadores - estão inseridos, bem como explicita a transdisciplinariedade da apreensão e vivência desta mesma realidade.

É importante destacar uma questão que é comum aos três cursos e diz respeito à melhoria na forma de acompanhamento e fiscalização das ações e atividades do convênio por parte do INCRA. Esse avanço ocorreu através do aprimoramento da metodologia de monitoramento através da elaboração e aplicação de questionários junto aos educandos, onde os alunos procuram avaliar o desempenho do pessoal envolvido no projeto (professores, coordenação, bolsistas, etc.), além dos conteúdos ministrados e a metodologia de ensino utilizada, a infra-estrutura ofertada pela Escola e o acompanhamento aos alunos no tempo comunidade por parte da coordenação do curso, apontando sugestões para a melhoria dos pontos que apresentam fragilidades. Foram elaborados três modelos de questionário, sendo um para a avaliação parcial das metas propostas, outro para a avaliação do estágio obrigatório e o terceiro para avaliação final do curso. Após a sistematização e análise dos dados, é elaborado um relatório com sugestões e orientações de melhorias e/ou readequações, o qual é encaminhado à proponente para a devida implementação.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
35.000,00	22.970,00	20.625,51	90,00%	20.625,61	90,00%	20.625,61	90,00%

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos técnicos responsáveis pela operacionalização das ações afetas a esta Divisão – passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias – para aplicação de crédito instalação, vistorias dos lotes objetivando a ocupação regular deste, vistorias de obras de infra estrutura, acompanhamento e fiscalização dos projetos de Terra Sol; Pronera e Ates.

Estão incluídos aqui, os gastos com as ações de acompanhamento ao desenvolvimento das cadeias produtivas fomentadas para cada região do Estado, através dos programas desenvolvidos pelo MDA nos territórios da Cidadania, acompanhamento às ações do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS e ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Integrado- PDSI - desenvolvido por esta Superintendência nas áreas de Assentamento que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Considerando os resultados obtidos observamos um substancial avanço na melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas no período através da aplicação do Crédito instalação – com maior ênfase na melhoria das condições de habitação. Garantia da regular aplicação dos recursos de infra estrutura, Terra Sol e Pronera. Com relação ao Ates houve melhorias no acompanhamento e fiscalização do ajuste. Sendo importante registrar que o convênio de Ates foi/esta sendo analisado pelo TCU, sendo respondido todas as indagações levantadas por aquele órgão de controle, e, no entanto, até o momento, não houve manifestação conclusiva por aquela corte de contas.

Com relação aos entraves encontrados, situamos a morosidade na solução aos ajustes solicitados às propostas apresentadas ao serviço de infra-estrutura e Terra Sol, as quais atribuíram à falta de pessoal capacitado justo às entidades proponentes (prefeituras e outros) na operacionalização do SICONV.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	4470	P/A/O P	1/2/3/4	famílias	5169	5169	100,00%	5169

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
4.114.524,00	4.211.674,23	4.211.674,23	100,00 %	4.211.674,23	100,00 %	1.121.523,93	26,00%

O objeto do Convênio firmado em 04 de julho de 2008 pela Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina com a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina – COOPTRASC, **SIAFI Nº 627.837, Processo Nº 54211.000040/2008-61**, se constitui na prestação do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para 5.169 famílias assentadas em 132 Projetos de Assentamento no Estado de Santa Catarina; elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamento – PDAs para 1.000 famílias assentadas e retificação dos Planos de Recuperação dos Assentamentos – PRAs para 3.500 famílias, além da elaboração dos Planos de Exploração Anual – PEA conforme a criação de novos Projetos de Assentamento, com vigência até 03 de janeiro de 2012. Para viabilizar o alcance do objeto, está prevista a contratação de 70 técnicos, incluindo profissionais de nível superior e médio nas áreas de ciências agrárias, ciências sociais e ciências da saúde.

No ano de 2010, a equipe que presta o serviço de ATES desenvolveu diversas ações visando o estímulo à produção, assistência social e preservação ambiental em todas as regiões do estado. No âmbito da assessoria técnica, destacam-se as ações visando o fortalecimento das cadeias de produção de leite, grãos, frangos, hortaliças, leguminosas, peixes e mel. A elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) iniciada em 2009 e concluída em 2010, para 113 famílias localizadas em três novos Projetos de Assentamento, a retificação dos Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRAs) também iniciados no ano de 2009 e concluídos e entregues ao INCRA em 2010, no total de 1.024 famílias assentadas em Projetos de Assentamento mais antigos, bem como os 4 Planos de Exploração Anual – PEAS elaborados para 164 famílias assentadas, são ações importantes a serem destacadas. No que tange à assessoria social, o trabalho

da equipe de ATES continua focado principalmente na reforma e/ou construção das habitações em diversos projetos de assentamento no estado. As ações de assessoria ambiental estão voltadas para o estímulo à adoção de práticas agroecológicas na produção e a participação em conjunto com os assentados das oficinas Ambientais realizadas nos projetos de assentamento, principalmente nas regiões Planalto Norte, Litoral e Oeste, visando a difusão das práticas de preservação ambiental.

No ano de 2010 foi alterada a metodologia de acompanhamento, monitoramento e fiscalização do objeto do Convênio firmado, realizando-se aplicação de questionários visando auferir o desenvolvimento das ações pela equipe de ATES, previstas no plano de trabalho do referido Convênio. A adoção desta metodologia visa uma avaliação direta do beneficiário sobre os resultados efetivos do trabalho da Assessoria Técnica, Social e Ambiental, diagnosticando as ações que obtiveram resultados positivos, bem como aquelas que os resultados pretendidos não foram alcançados ou simplesmente não foram realizadas. No período em foco, os problemas, dificuldades e deficiências diagnosticadas na prestação do serviço de ATES para os 132 Projetos de Assentamento contemplados foram objeto de notificação da conveniente para a prestação de esclarecimentos e a tomada das devidas providências.

Cabe salientar que o Acórdão Nº 3.047/2009, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão de 09/12/2009, determinou a suspensão da execução do Convênio em tela no período de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, prejudicando a continuidade das ações desenvolvidas pelos técnicos da ATES e, portanto, o acompanhamento, monitoramento e fiscalização nesse período.

O Convênio firmado em 17 de junho de 2008 pela Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, **SIAFI Nº 625.531, Processo Nº 54211.000058/2008-62**, para a prestação do serviço de Articulação, Monitoramento e Avaliação das atividades dos Núcleos Operacionais de ATES prevê a contratação de 04 profissionais de formação superior para a função de Articuladores dos 70 técnicos contratados para prestarem o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, para 5.169 famílias assentadas nos Projetos de Assentamento do Estado de Santa Catarina implantados ou reconhecidos pelo INCRA.

Ao longo do ano de 2009, constatou-se por meio dos Relatórios Trimestrais de Atividades entregues pela conveniente, bem como pelos Relatórios de Acompanhamento de Fiscalização entregues pelos servidores do INCRA que, os profissionais contratados empreenderam várias atividades em conjunto com os 70 técnicos contratados através do **convênio SIAFI Nº 625.531, Processo Nº 54211.000058/2008-62**, conforme determinado pelo Plano de Trabalho do Convênio.

No entanto, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização e os Asseguradores, entenderam que os Relatórios Trimestrais de Atividades entregues ao INCRA são estritamente descritivos das atividades realizadas, mostrando-se insuficientes na apresentação de uma análise qualitativa do trabalho realizado no período, conforme determinado no Plano de Trabalho. Em razão do exposto acima, foi suspenso o repasse de novas parcelas de recursos para a conveniente até que fosse cumprida a solicitação de reelaboração dos Relatórios Trimestrais de acordo com o determinado pelo Plano de Trabalho do convênio. No ano de 2010, os Relatórios Trimestrais reelaborados conforme as recomendações dos Asseguradores e da Comissão de Fiscalização foram entregues e considerados suficientes para o cumprimento do objeto do Convênio, normalizando o repasse dos recursos previstos. No entanto, em razão da inexistência de um modelo padrão nacional de confecção dos relatórios pelos articuladores de núcleos operacionais, continuamos em processo de discussão visando a aplicação de metodologia mais apropriada para a avaliação específica do trabalho realizado pelos articuladores.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
82.157,00	114.136,43	112.665,99	98,00%	112.655,99	98,00%	102.995,85	90,00%

Fonte:

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos técnicos responsáveis pela operacionalização das ações afetas a esta Divisão– passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias – para aplicação de crédito instalação, vistorias dos lotes objetivando a ocupação regular deste, vistorias de obras de infra estrutura, acompanhamento e fiscalização dos projetos de Terra Sol; Pronera e Ates.

Estão incluídos aqui, os gastos com as ações de acompanhamento ao desenvolvimento das cadeias produtivas fomentadas para cada região do Estado, através dos programas desenvolvidos pelo MDA nos territórios da Cidadania, acompanhamento às ações do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS e ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Integrado- PDSI - desenvolvido por esta Superintendência nas áreas de Assentamento que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Considerando os resultados obtidos observamos um substancial avanço na melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas no período através da aplicação do Crédito instalação – com maior ênfase na melhoria das condições de habitação. Garantia da regular aplicação dos recursos de infra estrutura, Terra Sol e Pronera. Com relação ao Ates houve melhorias no acompanhamento e fiscalização do ajuste. Sendo importante registrar que o convênio de Ates foi/esta sendo analisado pelo TCU, sendo respondido todas as indagações levantadas por aquele órgão de controle, e, no entanto, até o momento, não houve manifestação conclusiva por aquela corte de contas.

Com relação aos entraves encontrados, situamos a morosidade na solução aos ajustes solicitados às propostas apresentadas ao serviço de infra-estrutura e Terra Sol, as quais atribuíram à falta de pessoal capacitado justo às entidades proponentes (prefeituras e outros) na operacionalização do SICONV.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	P/A/O P	1/2/3/4	texto	9999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.620.000,00	3.236.095,58	2.281.833,24	71,00 %	2.281.833,24	71,00%	1.431.360,71	44,00%

2.3.10.1 Programa 1120 – Paz no Campo

2.3.10.1.1 Ação 4288 – Capacitação de Mediadores de Conflito

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	1120	4288	P/A/OP	1/2/3/4	Famílias	0	-	!	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	2.604,00	2.583,31	99,21%	2.583,31	99,99%	2.583,31	99,21%!

Fonte:

Na ação 4288 – Capacitação de Mediadores de Conflitos – os recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, utilizados em parceria com este Instituto, tendo esta regional sido provisionada para utilização na capacitação do Ouvidor Agrário – Fernando Lúcio Rodrigues de Souza.

2.3.10.2 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

2.3.10.2.1 Ação 8402 – Documentação da Mulher Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir a igualdade entre homens e mulheres. O PNDTR se concretiza a partir de mutirões itinerantes de Documentação.

Os mutirões são realizados nas comunidades e assentamentos rurais, com a presença de técnicos (as) dos órgãos emissores de documentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	422	1433	8402	P/A/O P	1/2/3/4	Famílias	0	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	393.701,28	393.534,07	100 %	393.534,07	100 %	393.534,07	100 %!

Na ação 8402 – Constam gastos da Programação do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA para o exercício em comento, e foram repassados a este Instituto através do nosso Órgão Central que provisionou esta regional através de provisão.

O programa busca a Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres – Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural, buscando o desenvolvimento de políticas públicas que busquem promover os direitos econômicos das trabalhadoras rurais e das comunidades Quilombolas, através do apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra e cidadania, como o acesso à documentação civil, participação e controle social. No exercício/2010 foram utilizados na consecução do programa documentação da mulher trabalhadora, atingindo todas as famílias da agricultura familiar do Estado de Santa Catarina e também as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento do INCRA/SC.

Os objetivos da ação conjunta MDA e INCRA através de mutirões Prefeituras Municipais, com a Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Instituto Nacional da Seguridade Social alcançou os objetivos conforme demonstrado na Planilha – PNDTR – MUTIRÃO DE DOCUMENTAÇÃO – RESUMO AS AÇÕES 201 – que se encontra juntada aos ANEXOS deste Relatório de Gestão.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INCRA/SR(10)SC	49201	373070
INCRA/UA/SC - Subunidade	49201	373071

Fonte: Sistema SIAFI 2010

OBS.:

1º) A Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC – UG/373070 - é a Unidade Jurisdicionada/UJ responsável pelo recebimento das Provisões Orçamentárias descentralizadas pelo nosso Órgão Central – INCRA/SEDE/BSB/DF – Unidade Gestora/373001, sendo pelo fato a unidade responsável pela Prestação de Contas Anual e pela elaboração do Relatório de Gestão que devem ser apresentados **por um único processo**, nos termos recomendados na Norma de Execução Conjunta/INCRA/AUD – DA/Nº 01, de 10 de fevereiro de 2011. (grifo do autor);

2º) A nossa Subunidade de Chapecó/SC – Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC – UG/373071, é responsável pelos trabalhos deste Instituto na Região Oeste de SC, recebendo recursos quase que especificamente para os trabalhos de campo (gastos com diárias, suprimentos de fundos, parte de telefonia e com aluguel), sendo que os contratos e os processos licitatórios são todos de responsabilidade da regional.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁰

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
L O A	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
C R É D I T O S	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não aplicável à natureza da UJ.

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LO A	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CR ÉD IT OS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Não aplicável à natureza da UJ.

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
L O A	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
C R É D I T O S	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não aplicável à natureza da UJ.

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	3.453.320,67	2.948.672,21	3.453.320,67	1.690.439,59
Convite	X	X	X	X
Tomada de Preços	498.285,95	92.496,00	498.285,95	92.496,00
Concorrência	776.593,47	555.000,00	776.593,47	X
Pregão	2.178.441,25	2.301.176,21	2.178.441,25	1.597.943,59
Concurso	X	X	X	X
Consulta	X	X	X	X
Registro de Preços	X	X	X	X
Contratações Diretas	1.102.770,61	1.017.391,38	1.102.770,61	967.397,42
Dispensa	805.403,68	671.203,29	805.403,68	661.978,30
Inexigibilidade	297.366,93	346.188,09	297.366,93	305.419,12
Regime de Execução Especial	113.868,73	122.711,31	113.868,73	122.382,61
Suprimento de Fundos	113.868,73	122.711,31	113.868,73	122.382,61
Pagamento de Pessoal	522.742,32	723.766,97	522.742,32	723.766,97
Pagamento em Folha	X	X	X	X
Diárias	522.742,32	723.766,97	522.742,32	723.766,97
Outros	10.049.413,08	14.883.960,57	10.049.413,08	8.094.795,32

Fonte:

Obs.:

No exercício/2010 – Despesa Liquidada R\$ 19.696.502,44 – Despesa Paga R\$ 11.598.781,91

Tendo a destacar no exercício/2010 o que segue:

1º) Dispensa – O valor registrado na Conta Contábil/19241.02.03 – DISPENSA DE LICITAÇÃO - é elevado, principalmente, pelo fato de que esta regional contrata os aluguéis da Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC – na cidade de Florianópolis/SC - no valor anual em 2010 de **R\$ 464.855,18** e da nossa Unidade Avançada de Santa Catarina – INCRA/UA/SC – na cidade de Chapecó/SC - no valor anual em 2010 de **R\$ 72.824,05**;

2º) Outros – referente valor Conta Contábil/19241.02.08 – NÃO APLICÁVEL – São principalmente referentes aos Empenhos correspondentes a Créditos Instalação, Habitação ou Recuperação (Legislação - INCRA: Norma de Execução nº 79 – 26/12/2008 e Instrução Normativa nº 54 – 22/07/2009) – que no exercício/2010 – totalizaram **R\$ 7.355.600,00**;

Já as liberações voluntárias – Convênios – firmados com entidades e prefeituras municipais no exercício/2010 – totalizaram o valor de **R\$ 7.512.973,10** – com amparo na Portaria Interministerial nº 127/2008;

Lembrando que esta regional deixará de pagar aluguel em meados do início do 2º (segundo) do ano de 2011, devido a estar em fase de conclusão o Edifício Sede – localizado no município de São José/SC (grande Florianópolis).

3º) Nas despesas – Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos - houve a inscrição de forma automática no Sistema SIAFI2010 – na Conta Contábil/19531.00.00 – RESTOS A PAGAR POR NE – no valor de **R\$ 328,70** - na nossa Subunidade do **INCRA/UA/SC – UG/373071**, tendo em vista que houve problemas na execução de cancelamentos de saldos de empenhos;

Lembrando que despesas com suprimentos de fundos, por força de legislação, não podem ser pagas a conta de restos a pagar, pelo que no início do exercício de 2011 aquela Subunidade executou os cancelamentos das notas de empenhos, tornando sem efeito a inscrição em comento, ou seja, foi regularizada a inconsistência.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	7.437,13	X	7.437,13	X	X	X	7.437,13	X
1º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
2º elemento de despesa	7.437,13	X	7.437,13	X	X	X	7.437,13	X
3º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
Demais elementos do grupo	X	X	X	X	X	X	X	X
2 – Juros e Encargos da Dívida	X	X	X	X	X	X	X	X
1º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
2º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
3º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
Demais elementos do grupo	X	X	X	X	X	X	X	X
3 – Outras Despesas Correntes	7.057.594,49	8.374.707,56	7.057.594,49	8.374.707,56	3.067.370,32	3.792.340,58	3.990.224,17	4.582.366,98
1º elemento de despesa	3.029.779,20	4.411.674,23	3.029.779,20	4.411.674,23	2.185.415,20	3.290.150,30	844.364,00	1.121.523,93
2º elemento de despesa	3.963.479,07	3.931.573,80	3.963.479,07	3.931.573,80	876.955,12	489.699,36	3.086.523,95	3.441.874,44
3º elemento de despesa	64.336,22	31.459,53	64.336,22	31.459,53	5.000,00	12.490,92	59.336,22	18.968,61
Demais elementos do grupo	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte:

Fonte: Sistemas SIAFI2009 e SIAFI2010.

Obs.:

1 – Despesas de Pessoal

1º elemento de despesa: 3319001 – APOSENTADORIAS E REFORMAS.

2º elemento de despesa: 3319008 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS.

3º elemento de despesa: 3319011 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.

2 – Juros e Encargos da Dívida

3 – Outras Despesas Correntes

1º elemento de despesa: 3335000 – TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIVADAS - Contribuições.

2º elemento de despesa: 3339000 – APLICAÇÕES DIRETAS.

3º elemento de despesa: 3339100 – APLICAÇÕES DIRETAS – Operações. Intra-Orçamentárias.

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	3.795.722,27	3.966.494,88	3.795.722,27	3.966.471,12	2.809.684,61	1.771.779,95	986.037,66	2.194.714,93
1º elemento de despesa	2.627.078,30	3.101.298,87	2.627.078,30	3.101.298,87	1.756.671,51	965.414,95	870.406,79	2.135.883,92
2º elemento de despesa	1.168.643,97	865.196,01	1.168.643,97	865.196,01	1.053.013,10	806.365,00	115.630,87	58.831,01
3º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
Demais elementos do grupo	X	X	X	X	X	X	X	X
5 – Inversões Financeiras	4.381.361,52	7.355.300,00	4.381.361,52	7.355.300,00	X	0,00	4.381.361,52	0,00
1º elemento de despesa	2.163.471,12	X	2.163.471,12	X	X	X	2.163.471,12	X
2º elemento de despesa	2.217.890,40	7.355.300,00	2.217.890,40	7.355.300,00	X	0,00	2.217.890,40	4.821.700,00
3º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
Demais elementos do grupo	X	X	X	X	X	X	X	X
6 – Amortização da Dívida	X	X	X	X	X	X	X	X
1º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
2º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
3º elemento de despesa	X	X	X	X	X	X	X	X
Demais elementos do grupo	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte:

Fonte:- Sistemas SIAFI2009 e SIAFI2010.

Obs.: descrição dos elementos de despesa

4 – Investimento

1º elemento – 3444000 – TRANSFERÊNCIAS A MUNICIPIOS.

2º elemento – 3449000 – APLICAÇÕES DIRETAS.

3º elemento – 3445041 – TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS.

5 – Inversões Financeiras

1º elemento – 3459061 – APLICAÇÕES DIRETAS - Aquisição de Imóveis

2º elemento – 3459066 – APLICAÇÕES DIRETAS – Concessão de Empréstimos - Crédito Instalação - INCRA

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. <input type="checkbox"/> Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	$\frac{\text{Superfície ocupada por imóveis cadastrados}}{\text{Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha)}} \times 100$ ha
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. <input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	49%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. <input type="checkbox"/> Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	Zero

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. <input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	Não houve desapropriação ou aquisição
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	11,11%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	100%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	100%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	15,90%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. <input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	49%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	15%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	127

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	90,63%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	R\$ 1.500,00
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	24%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<input type="checkbox"/> Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	□ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	32%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	22,84H/fun
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	□ SIAFI e SICONV	50%
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	100%

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não se aplica a UJ.

As informações em questão são de responsabilidade do nosso Órgão Central.

3.2 Análise Crítica

Não se aplica a UJ.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	X	X	X	X
2009	X	X	X	X
2008	X	X	X	X
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	8.097.720,53	X	X	8.097.720,53
2009	5.877.054,93	1.007.914,03	4.004.047,43	865.093,47
2008	7.348.764,56	873.573,53	5.432.999,61	1.042.191,42
Observações:				

Fonte: Sistemas SIAFI 2008 – 2009 - 2010

Referências legais:

- ☐ Lei nº 4320/64
- ☐ Lei nº 12.017/ 2009 (LDO 2010)
- ☐ Decreto nº 93.972/86
- ☐ Decreto nº 6.708/2008
- ☐ Decreto nº 6.752/2009
- ☐ Decreto nº 7.057/2009
- ☐ Decreto nº 7.094/2010
- ☐ Decreto nº 7.418/2010
- ☐ Decreto nº 7.057/2009

Disposições dos Decretos que prorrogaram os restos a pagar de 2007, 2008 e 2009:

- a) Decreto nº 7.057/2009 prorrogou a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2007 e 2008;
- b) Decreto nº 7.418/2010 prorrogou a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2008 e 2009.

1) RESTOS A PAGAR EXERCÍCIOS ANTERIORES

1º) Restos a pagar/2008 – R\$ 1.042.191,42 - O valor em questão é destinado a atender as despesas de contrato com a Empresa Construtora L. G. Ltda., que é a responsável pela construção do Edifício Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina que se encontra na sua fase final, devendo ser concluída a edificação em meados do segundo semestre deste exercício financeiro;

2º) Restos a pagar/2009 – R\$ 865.093,47 - O valor em questão é destinado a atender as despesas de contrato com a Empresa Construtora L. G. Ltda., que é a responsável por da construção do Edifício Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina - no valor de **R\$ 776.593,47** - que se encontra na sua fase final, devendo ser concluída a edificação em meados do segundo semestre deste exercício financeiro;

Já o restante - no valor de **R\$ 88.500,00** – é relativo ao contrato mantido por esta regional com a Empresa 3 A Rural Engenharia S/S Ltda., que é responsável por trabalhos de engenharia, cartografia, topografia e geodésia, visando a readequação de parcelas/lotes rurais, em diversos Projetos de Assentamento em SC, cujos trabalhos não puderam ser concluídos em 2010.

2) RESTOS A PAGAR – Inscritos no exercício/2010

O montante maior é referente a liberações de créditos para famílias assentadas e/ou de convênios firmados pela Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC, cujos valores passaremos a demonstrar:

1º) O valor dos créditos a serem liberados para famílias assentadas é no valor total de **R\$ 2.563.600,00** (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil e seiscentos reais).

2º) O valor destinado aos convênios firmados por esta regional é no montante de **R\$ 4.255.565,25** (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), lembrando que no tocante aos recursos destinados a convênios o aporte de recursos orçamentários pelo nosso Órgão Central para atender as demandas são sempre descentralizados no segundo semestre dos exercícios financeiros, e mais pontualmente nos dois últimos meses dos exercícios, por tratarem-se de investimentos e/ou liberações voluntárias do governo federal.

4.2 Análise Crítica

No quesito em questão é bom lembrar que houve no final do exercício/2010 acúmulo de valores de restos a pagar devido à dificuldade de disponibilidade de caixa do governo federal, pois se houvessem recursos disponíveis poderiam ser diminuídas as despesas a serem inscritas e/ou reinscritas nesta regional.

As razões que levaram a permanência de RP Não Processados dos exercícios de 2008 e 2009 é que são recursos destinados ao contrato de edificação da futura Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina, cujos valores demonstramos no ITEM 2.1.

Os valores que permaneceram inscritos dos exercícios 2008 e 2009 estão amparados por Decretos cujas referenciais legais citamos no ITEM 2.1.

Os eventos negativos que prejudicam a gestão de RP é o fato de que conforme já afirmamos no ITEM 2.1, é que as despesas com investimentos e/ou liberações voluntárias do governo federal tem o seu aporte orçamentário geralmente previsto para o segundo semestre dos exercícios financeiros.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

1.1.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

SR-10/SC - UPAG 609

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provento de cargo efetivo	0	96	2	10
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	85	0	8
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	81	0	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	3	0	2
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	1	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	11	2	2
1.4.1 Cedidos	0	6	0	1
1.4.2 Removidos	0	0	2	1
1.4.3 Licença remunerada	0	4	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	0
2 Provento de cargo em comissão	0	16	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	13	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	8	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	4	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	3	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	3	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	112	2	10

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

1.1.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

SR-10/SC - UPAG 609

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	5	17	21	48	5	96
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	12	18	45	5	85
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	5	3	3	0	11
2. Provimento de cargo em comissão	3	4	3	6	0	16
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	4	2	4	0	13
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	2	0	3
TOTAL GERAL	8	21	24	54	5	112

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.1.3. Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

SR-10/SC - UPAG 609

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	4	29	63	0	0	0	96
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	4	27	54	0	0	0	85
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	2	9	0	0	0	11
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	1	4	11	0	0	0	16
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	2	10	0	0	0	13
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	1	0	0	0	3
TOTAL	0	0	0	5	33	74	0	0	0	112

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou

Fonte: Extração SIAPE FEV/11. OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

SR-10/SC - UPAG 609

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	26	5
1.1 Voluntária	22	5
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	4	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	51	1
2.1 Voluntária	50	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	77	6

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

SR-10/SC - UPAG 609

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	21	0
2. Proporcional	8	0
TOTAL	29	0

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.3 Composição do quadro de estagiários

SR-10/SC - UPAG 609

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	6	6	5	5	R\$ 0,00
· Área Fim	6	6	5	5	R\$ 0,00
· Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
Nível Médio	2	3	2	2	R\$ 0,00
· Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
· Área Meio	2	3	2	2	R\$ 0,00
Total	8	9	7	7	R\$ 41.385,01

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010.

OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior.

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

SR-10/SC - UPAG 609

TIPOLOGIAS / EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/ PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS	
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO								
2008	R\$ 5.763.312,11		R\$ 492.870,82	R\$ 160.816,40	317.551,81	R\$ 341.049,41	R\$ 7.072,02	R\$ 7.082.672,57
2009	R\$ 5.736.147,63		R\$ 519.287,60	R\$ 165.264,71	501.417,25	R\$ 344.132,70	R\$ 2.931,75	R\$ 7.269.181,64
2010	R\$ 6.341.224,04		R\$ 575.100,41	R\$ 180.605,72	692.200,93	R\$ 734.720,27	R\$ 0,00	R\$ 8.523.851,37
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)								
2008								R\$ 0,00
2009					2.389,63			R\$ 2.389,63
2010					12.414,60			R\$ 12.414,60
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA								
2008					19.261,53			R\$ 19.261,53
2009					13.867,21			R\$ 13.867,21
2010					14.427,05			R\$ 14.427,05
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR								
2008		R\$ 330.765,26			51.420,34			R\$ 382.185,60
2009		R\$ 312.592,56			95.218,21			R\$ 407.810,77
2010		R\$ 306.379,54			94.886,72			R\$ 401.266,26
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS								
2008		R\$ 14.503,64			3.592,11			R\$ 18.095,75
2009		R\$ 15.156,36			4.687,50			R\$ 19.843,86
2010		R\$ 15.156,36			9.988,07			R\$ 25.144,43

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 16.404,65
2009	R\$ 4.742,20
2010	R\$ 17.087,88

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC													
UG/Gestão: 373070						CNPJ: 00.375.972/001213							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	SC/4000	EMBRASP Ltda. 03130750/000178	01/07/08	30/08/2013	-	-	-	-	-	-	A
2010	L	O	SC/8000	AUTENTICA Ltda. 84965706/000188	01/08/10	01/08/2015	-	-	-	-	-	-	A
Observação: Os contratos desta regional não contemplam a exigência de escolaridade.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC													
UG/Gestão: 373070							CNPJ: 00375972/001213						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	19000/2010	ILHA SERVICE Ltda. 85240869/000166	22/11/10	21/05/2011	-	-	-	-	-	-	A
2009	1	O	6000/2009	ORBENK Ltda. 79283065000141	25/04/10	25/04/2015	-	-	-	-	-	-	A
2010	7	O	7000/2010	ORBENK Ltda. 79283065000141	25/04/2010	25/04/2015	-	-	-	-	-	-	A
2006	2	O	6000/2006	ACTIVE Ltda. 68278143/000160	23/11/2006	23/10/2011	-	-	-	-	-	-	E
Observação: Os contratos desta regional não contemplam a exigência de escolaridade.													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
19000/2010	1	02	INCRA/SR(10)SC/373070
4000/2008	8	02	INCRA/SR(10)SC/373070
8000/2010	8	03	INCRA/SR(10)SC/373070
6000/2009	1	02	INCRA/SR(10)SC/373070
7000/2010	1	01	INCRA/SR(10)SC/373070
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O controle gerencial sobre recursos humanos desta Instituição está a cargo da nossa Coordenação-Geral de recursos Humanos no INCRA/SEDE/DF.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Nos termos recomendados pelo TCU foram preenchidos os Quadros que demonstram as transferências mediante convênios desta regional. Lembrando que esta é a única modalidade de repasse de recursos oriundos da União.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC									
CNPJ: 00.375.972/001213					UG/GESTÃO: 373070/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	535028	Gov. Estado de SC	1.698.000,00	340.000.00	=0=	1.698.000.00	21/12/2005	31/12/2011	1
1	625531	AESCA/SC	940.051,59	9.400,51	262.772,07	667.879,01	17/06/2008	15/12/2011	1
1	627837	COOPTRASC	9.154.727,23	91.547,27	2.448.412,70	5.942.040,49	04/07/2008	03/01/2012	1
1	709197	Pref.Munic. Frei Rogério/SC	106.589,22	3.197,65	103.391,57	103.391,57	01/02/2010	31/07/2010	1
1	701108	COOPTRASC	506.016,00	6.240,00	=0=	499.776,00	06/05/2009	05/06/2010	1
1	709205	Pref.Munic. Vitor Meirelles/SC	163.739,89	40.739,89	123.000,00	123.000,00	29/12/2009	28/12/2010	1
1	709731	SEBRAE/SC	133.920,00	26.784,00	=0=	107.136,00	10/08/2009	25/06/2010	1

1	708981	Pref.Munic. Água Doce/SC	152.000,00	1.520,00	=0=	150.480,00	01/12/2009	28/10/2010	1
1	707639	Pref.Munic. Abelardo Luz/SC	334.769,05	3.347,69	=0=	331.421,36	04/11/2009	03/06/2010	1
1	708982	Pref.Munic. Abelardo Luz/SC	769.950,00	20.650,00	749.300,00	749.300,00	29/12/2009	01/10/2010	1
1	718652	Pref.Munic. Anchieta/SC	135.296,94	1.352,97	=0=	133.943,97	11/12/2009	10/06/2010	1
1	722092	Pref.Munic. Rio Negrinho/SC	353.882,18	3.538,82	293.226,77	350.882,18	11/01/2010	26/06/2011	1
1	700372	FAPEU	606.100,00	6.100,00	200.000,00	400.000,00	30/12/2008	29/12/2011	1
1	704170	Pref.Munic. Passos Maia/SC	151.985,01	4.559,55	=0=	147.425,46	24/07/2009	23/04/2010	1
1	731996	Pref.Munic. Canoinhas/SC	168.528,03	18.528,03	150.000,00	150.000,00	31/12/2010	28/02/2011	1
1	734109	Pref.Munic. D. Cerqueira/SC	180.000,00	1.800,00	178.200,00	178.200,00	01/06/2010	31/12/2010	1
1	741512	Pref.Munic. Abelardo Luz/SC	767.468,89	15.349,38	752.119,51	752.119,51	25/06/2010	23/07/2011	1
1	741716	Pref.Munic. Paraíso/SC	285.448,66	10.448,66	275.000,00	275.000,00	25/06/2010	22/06/2011	1
1	741783	Pref.Munic. Passos Maia/SC	796.494,30	15.929,89	780.564,41	780.564,41	29/06/2010	27/07/2011	1
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente						
3 - Termo de Parceria			3 - Inadimplência Suspensa						

4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte:

Referências:

- ☐ Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (LRF);
- ☐ Lei nº 4320/64;
- ☐ Lei nº 6.404/76;
- ☐ Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO 2010);
- ☐ Lei nº 9.790, de 22 de março de 1999;
- ☐ Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007;
- ☐ Decreto nº 6.170/2007;
- ☐ Decreto nº 93.972/86;
- ☐ Decreto 6.708/2008;
- ☐ Decreto 6.993/2010;
- ☐ Portaria MPOG nº 265/2001;
- ☐ Portaria Interministerial nº 163, de 2001;
- ☐ Manual Técnico de Orçamento para 2010.

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	09	05	09	5.328.481,60	5.371.521,50	4.561.674,23
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	09	05	09	5.328.481,60	5.371.521,50	4.561.674,23

Fonte:

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	19	16.783.932,88	13.142.904,55	3.641.028,33	78 %
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	19	16.783.932,88	13.142.904,55	3.641.028,33	78 %

Fonte:

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		14	-
		Montante Repassado		11.923.201,76	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	05	-
			Montante Repassado (R\$)	1.219.702,79	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		05	-
		Montante Repassado (R\$)		1.633.293,21	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		01	-
		Montante Repassado (R\$)		148.871,18	-
2008	Contas prestadas	Quantidade		03	-
		Montante Repassado (R\$)		381.425,44	-

	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-
		Montante Repassado (R\$)	38.250,00	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	03	-
		Montante Repassado (R\$)	593.412,19	-

Fonte:

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			05	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		14	-
		Montante repassado (R\$)		13.142.904,55	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	05	
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			05	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		05	-
		Quantidade Reprovada		01	-
		Quantidade de TCE		01	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
2008	Quantidade de contas prestadas			04	-

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	03	-
		Quantidade Reprovada	01	-
		Quantidade de TCE	01	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Fonte:

6.1.6 Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

- ☐ Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

Resposta: Esta UJ até o final do exercício/2009 não apresentava inconsistências nas prestações de contas de convênios, fato demonstrado no Relatório de Gestão de 2009.

Com o advento da criação do Sistema SICONV (criado em 2008), passamos a ter dificuldade na análise, considerações, encaminhamentos de ajustes e finalmente na aprovação dos convênios criados na nova modalidade.

É bom lembrar que o Módulo – Prestação de Contas – foi criado no Sistema SICONV somente em meados do mês de setembro/2010, ou seja, 02 (dois) anos após a criação do sistema em comento.

Destacamos que nos últimos meses já é possível utilizar o novo sistema com maior otimização, esperando que com isso regularizemos a situação de alguns convênios que apresentaram problemas de análise.

- ☐ Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere;

Resposta: Os empenhos dos convênios firmados por esta UJ estão em conformidade com a legislação supracitada.

- ☐ Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

Resposta: Conforme demonstrado no Quadro – Item 4.1.2 – nos três últimos exercícios a quantidade oscilou entre 09 e 05 repasses por exercício, havendo certa homogeneidade no volume dos recursos liberados.

- ☐ Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;

Resposta: Foram adotadas já no exercício/2010 novas medidas no acompanhamento, fiscalização e análise de convênios nesta regional, atendendo a recomendações da CGU-R/SC.

De outra parte, esperamos que haja evolução no Sistema SICONV para que possamos melhorar a análise crítica sobre a gestão de convênios deste Instituto.

- ☐ Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

Resposta: Reitera-se que com a implantação do Sistema SICONV houve um certo retrocesso na análise das transferências desta regional, fato que conforme frisamos anteriormente decorre das dificuldades da utilização do mesmo principalmente pelos convenientes. Lembrando que a dificuldade deságua na análise que é efetuada principalmente pelo Setor Contábil desta UJ.

- ☐ Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Resposta: No tocante aos procedimentos adotados a dificuldade é maior na área de contabilidade, pelos motivos descritos acima, havendo dificuldade também no tocante aos recursos humanos, visto que, houve aposentadorias no final do exercício/2010 de 02 (dois) servidores que atuavam na Divisão de Administração do INCRA/SR(10)SC (servidores com experiência na área contábil).

- ☐ Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Resposta: Apesar da falta de recursos humanos na UJ, acreditamos que nos últimos exercícios houve uma melhoria nas fiscalizações dos convênios, principalmente no tocante a área técnica, com a descentralização das obrigações entre o INCRA/SEDE/FLORIANÓPOLIS e a nossa Subunidade do INCRA/CHAPECÓ/SC.

Na área contábil existe estruturação e gerenciamento das transferências, havendo, no entanto, dificuldade conforme citamos na operacionalização do novo sistema implantado pelo Governo Federal, que apesar de dar maior transparência, tem apresentado dificuldades no quesito prestação de contas.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

OBS.: A declaração foi juntada aos ANEXOS deste Relatório de Gestão de 2010.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

OBS.: A declaração foi juntada aos ANEXOS deste Relatório de Gestão de 2010.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais: A falta de pessoal na UJ leva a dificuldade no cumprimento das metas institucionais e no atendimento tempestivo das cobranças do controle externo e interno nos últimos exercícios.</p> <p>Servidores com larga experiência na área de contabilidade e prestação de contas infelizmente pediram aposentadoria no final do exercício/2010.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					x
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - SC	02	02
	FLORIANÓPOLIS/SC	02	02
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte:

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - SC	02	02
	FLORIANÓPOLIS/SC	01	01
	CHAPECÓ/SC	01	01
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte:

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373070	-	3	4	-	-	-	124.195,34	-
373070	-	3	1	-	-	-	-	-
Total							124.195,34	-

Fonte:

11.1.4 Análise crítica:

Após o preenchimento dos quadros, o gestor deverá realizar uma análise crítica acerca da gestão de imobilizados sob sua responsabilidade, inclusive devendo registrar a existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

Os imóveis foram cedidos pela Delegacia do Ministério da Agricultura do Estado de Santa Catarina e pela Delegacia do Patrimônio da União do Estado de Santa Catarina, sendo o 1º utilizado há vários anos como Garagem para os veículos desta UJ e o 2º para edificação da futura Sede da Superintendência Regional do INCRA/SC.

Não foram citados o RIP e os valores dos imóveis tendo em vista que os termos de cessões não contem a discriminação em comento.

As únicas despesas de manutenção são do imóvel utilizado como garagem onde existem despesas com água/esgoto e guarda armada 24 horas. O imóvel da futura sede ainda não esta sendo utilizado, estando a construção em fase de acabamento, com previsão de utilização no segundo semestre do exercício/2011.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	1				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

O cartão de pagamento foi utilizado na modalidade de suprimento de fundos no INCRA/SR(10)SC – UG/373070 e na nossa Subunidade – INCRA/UA/SC/Chapecó/SC – UG/373071, principalmente nas despesas em viagens com os veículos do INCRA/SC, nos valores abaixo citados:

1º) No INCRA/SR(10)SC – UG/373070:

Conta 19996.24.01 – Saque – R\$ 21.205,86

Conta 19996.24.02 – Fatura - R\$ 77.599,64; e

2º) No INCRA/UA/SC – UG/373071

Conta 19996.24.01 – Saque – R\$ 1.379,00

Conta 19996.24.02 – Fatura - R\$ 22.198,11

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	000.452/2010-6	3047/2009	Convênio	DE	Of. 967 a 969971 e 972 /2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX-SC					
Descrição da Deliberação:					
Possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 625.531 celebrado pelo INCRA/SC.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete do INCRA/SR(10)SC					1799
Síntese da providência adotada:					
Apresentou manifestação acerca dos apontamentos do TCU e requereu o acatamento das respostas e o arquivamento da representação em face da regularidade do convênio em questão.					
Síntese dos resultados obtidos					
O INCRA/SC apresentou resposta através do Of./INCRA/SC/nº 2012/2010, em 08/11/2010 e aguarda a manifestação da TCU-SECX-SC.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Acreditamos que da parte desta regional foram tomadas as providências determinadas pelo TCU					

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.203/2010-7	3047/2009	Convênio	DE	Of. 973 a 975/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX-SC					
Descrição da Deliberação:					
Possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 627.837 celebrado pelo INCRA/SC.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete do INCRA/SR(10)SC					1799
Síntese da providência adotada:					
Apresentou manifestação acerca dos apontamentos do TCU e requereu o acatamento das respostas e o arquivamento da representação em face da regularidade do convênio em questão.					
Síntese dos resultados obtidos					
O INCRA/SC apresentou resposta através do Of./INCRA/SC/nº 1832/2010, em 19/10/2010 e aguarda a manifestação da TCU-SECX-SC.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Acreditamos que da parte desta regional foram tomadas as providências determinadas pelo TCU					

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Nesta regional não existem pendências a serem atendidas relativas a determinações e/ou recomendações do TCU.

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	NA 246635/01	-	NA 246635/01
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Controladoria-Regional da União no Estado de SC – CGU-R/SC			
Descrição da Recomendação:			
Constatações acerca do Processo de Prestação de Contas do INCRA/SR(10)SC exercício/20009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete do INCRA/SR(10)SC			1799
Síntese da providência adotada:			
Apresentados esclarecimentos nos termos do Of./INCRA/SR(10)G/nº 681/2010, de 06/05/2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Respondidos os questionamentos e acrescentado os quesitos no processo de prestação de contas de 2009 desta regional.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Acreditamos que as respostas foram nos termos solicitados pelo Órgão de Controle.			

15.3.1 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RE nº 246635 Partes I e II	-	Of. 41.108/2010 CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Controladoria-Regional da União no Estado de SC – CGU-R/SC			
Descrição da Recomendação:			
Resultado final das constatações no exame do Processo de Prestação de Contas do INCRA/SR(10)SC do exercício/20009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete do INCRA/SR(10)SC			1799
Síntese da providência adotada:			
Apresentado pela regional através do Of./INCRA/SR(10)G/nº /2010, de janeiro de 2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi apresentado a CGU-R/SC através do ofício acima citado o Plano de Providências Permanentes que juntamos abaixo.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Acreditamos que as respostas foram nos termos solicitados pelo Órgão de Controle.			

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: Superintendência Regional de Santa Catarina - INCRA/SR(10)SC – UG/373070.

Dirigente Máximo da UJ responsável pela apresentação das contas

Nome: João Paulo Lajus Strapazzon.

Cargo: Superintendente Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC.

Relatório de Auditoria ou Nota de Auditoria ou Nota Técnica nº: 246.63 da CGU-R/SC.

ITEM - 1.2.1.1 N° da CONSTATAÇÃO: (018)

Deficiência na apresentação das metas previstas e realizadas em 2009 no Relatório de Gestão, bem como na execução das Ações, referentes ao Programa “0135 – Assentamento para Trabalhadores Rurais.”

RECOMENDAÇÃO: 004

Recomendamos que as metas e indicadores apresentados nos Relatórios de Gestão reflitam exclusivamente o desempenho da Unidade no exercício financeiro a que se refere, de forma a permitir análise fidedigna do efetivo cumprimento das metas da respectiva Gestão.

RECOMENDAÇÃO: 005

Recomendamos que sempre constem dos Relatórios de Gestão as justificativas e notas explicativas para o não atingimento das metas previstas, bem como sempre constem as informações mais relevantes concernentes aos objetivos finalísticos da Unidade de forma discriminada e facilitada.

RECOMENDAÇÃO: 006

Os problemas estruturais, especialmente relacionados ao quantitativo da força de trabalho na Unidade, que eventualmente possam estar prejudicando o atingimento das metas, devem ser equacionados junto às instâncias superiores da Autarquia, de forma a proporcionar ao INCRA/SR/SC um incremento na sua capacidade operacional.

1. Manifestação do Gestor

1.1.a. Providências a serem Implementadas (texto)²

Prazo de Atendimento: 09/07/2010

Recomendação 004

a) Acatamos as recomendações da CGU-R/SC, informando que conforme tratado na Reunião entre os servidores deste Instituto e 03 (três) membros da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, realizada no mês de maio, para tratar do Relatório de Gestão de 2009, e em consonância com a nossa manifestação no nosso Ofício/INCRA/SR(10)G/Nº 650/2010, foram grandes as dificuldades para o atingimento das metas previstas para esta regional;

b) Destacando que como foi citado na reunião esta regional supre o baixo nível de cumprimento das metas de assentamento de agricultores, com um trabalho de melhoramento da qualidade de vida dos assentados nos Projetos de Assentamento de SC;

c) Cabe aqui lembrar que esta regional é modelo nacional no quesito Licenciamento Ambiental nos Projetos de Assentamentos deste Instituto. (grifamos).

Recomendação 005

a) Acatamos as recomendações da CGU-R/SC, lembrando que será levado ao conhecimento dos servidores encarregados da elaboração do Relatório de Gestão Anual, a necessidade de apresentar as justificativas para o não atingimento das metas previstas para a nossa UJ;

b) Lembramos que conforme o exposto na reunião e no nosso ofício acima citado, foram apresentadas as justificativas no tocante ao Relatório de Gestão de 2009.

Recomendação 006

Quanto à recomendação em comento, cabe informar que os problemas estruturais desta Autarquia são discutidos a nível nacional, em reuniões com a participação dos Superintendentes Regionais e os Diretores do nosso órgão central, lembrando que a falta de pessoal no serviço público federal não afeta apenas este Instituto;

a) De qualquer forma, havíamos informado que seria levado ao conhecimento do nosso órgão central a recomendação da CGU-R/SC, nos termos ora apresentados.

b)

1.1.b. Providências a serem Implementadas

Manifestação do Gestor

Mantida a RECOMENDAÇÃO de que houve deficiência na apresentação das metas previstas e realizadas em 2009 no Relatório de Gestão, bem como na execução das Ações, referentes ao Programa “0135 – Assentamento para Trabalhadores Rurais.”

Situação em: 14/01/2011

1.1.1. Visando suprir as deficiências na apresentação das metas previstas e realizadas em 2009, no Relatório de Gestão, esta regional já levou o assunto ao conhecimento da nossa Auditoria Interna do INCRA/SEDE/BSB/DF, nos termos do nosso Memo/INCRA/SR(10)G/nº 213/2010 – cópia que juntamos ao nosso ofício que encaminhou este Plano de Providências Permanente – nos termos nele expostos;

1.1.1.1. Como o Relatório de Gestão de 2009 já foi encaminhado aos órgãos de controle para análise, esta regional se compromete a proceder como recomendou a Equipe de Auditoria do CGU-R/SC, ou seja, de evitar falhas na elaboração do Relatório de Gestão de 2010;

1.1.1.2. Serão também juntadas ao Relatório de justificativas e notas explicativas caso não haja o atingimento das metas previstas no exercício, nos termos recomendados;

1.1.2. No tocante aos problemas estruturais, especialmente relacionados ao quantitativo de força de trabalho, segundo o nosso Órgão Central haverá novo concurso público a nível institucional dentro das possibilidades estabelecidas pelo Governo Federal.

ITEM - 3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (014)

Ausência de Parecer Jurídico em processo de aquisição e descumprimento de Norma de Execução em implantação de infraestrutura para assentamento.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instruir o processo de aquisição por Dispensa de Licitação, 54210.000407/2009-37, com o necessário Parecer Jurídico, bem como com a documentação exigida pela Norma de Execução INCRA 54/2006, adaptada ao caso em tela.

RECOMENDAÇÃO: 003

Quando da visita do Técnico do INCRA/SC ao município de Ponte Alta/SC para a vistoria da obra e da documentação do Convênio existente entre a FUNASA e a Prefeitura Municipal de Ponte Alta, verificar se foi firmado o necessário Termo Aditivo para a ampliação do objeto do Convênio (realizada com recursos do INCRA/SC), em conformidade com a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29/mai/2008. Após a vistoria e a coleta da documentação, informar a conclusão dos trabalhos a esta CGU/SC, e disponibilizar o relatório da vistoria e a documentação coletada.

2. Manifestação do Gestor

2.1.a. Providências a serem Implementadas (texto)²

Prazo de Atendimento: 09/07/2010

Recomendação 001 - Resposta do INCRA/SC:

a) Acatamos as recomendações da CGU-R/SC, devendo juntar ao processo o Parecer Jurídico, bem como a documentação exigida pela Norma de Execução nº 54/2006;

Recomendação 002 - Resposta do INCRA/SC:

a) Informamos que conforme tratado na Reunião entre os servidores deste Instituto e 03 (três) membros da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, realizada no mês de maio de 2010, que discutiu o Relatório de Gestão de 2009, não existe a possibilidade de apresentarmos Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Ponte Alta/SC e a FUNASA, pois conforme já citamos tratou-se de aquisição de materiais para acrescentar a fornecimento de água para mais 05 famílias assentadas em Projeto de Assentamento deste Instituto;

b) Reiteramos que esta regional entrou em acordo com a Empresa (Leão Poços Artesianos Ltda), contratada para implantar uma rede de água em PA do município em comento, tendo sido acordado que este Instituto compraria os materiais para uso na obra e em contrapartida a empresa estenderia a rede para mais 05 famílias assentadas, aproveitando do contrato/convênio mantido pela mesma com o município de Ponte Alta/SC;

c) Conforme expusemos não existe a possibilidade de aditamento do convênio, vez que o mesmo foi firmado sem a participação do INCRA/SC, a única providência que podemos tomar é a de comprovação que houve o acréscimo de trabalhos, com a ampliação da distribuição de água no Projeto de Assentamento nos termos ora expostos e comentado anteriormente.

2.2.b. Providências a serem Implementadas³

Manifestação do Gestor

Mantida a RECOMENDAÇÃO de que houve não houve o Parecer Jurídico em processo de aquisição e descumprimento de Norma de Execução em implantação de infraestrutura para assentamento.

Situação em³: 14/01/2011

2.2.1. Esta regional se compromete a adotar maior cuidado na observância da legislação pertinente as implantações de projetos de infraestrutura para assentamentos do INCRA/SC;

2.2.2. Ressaltando mais uma vez, que o caso em comento foi de maneira “sui generis”, ou seja, fugiu da realidade nos encaminhamentos dos projetos de implantação de infraestrutura em SC, pois, conforme já citado, tratou-se de colaborar com a FUNASA num convênio que buscava implantar uma rede de água em Projeto de Assentamento deste Instituto, localizado no município de Ponte Alta/SC;

2.2.3. Importante frisar também que no momento que foi firmado o convênio entre a FUNASA e a Prefeitura Municipal de Ponte Alta/SC o número de assentados era menor no PA em comento, e no decorrer do mesmo verificou-se que haveria necessidade de atender mais 05 famílias, ou seja, agindo com coerência o INCRA/SC propôs colaborar com materiais que seriam utilizados na Obra em andamento;

2.2.3.1. Ressalte-se que o valor não é tão representativo e diante do impasse não caberia licitar uma obra que já estava na sua maior parte sendo executada por firma contratada em convênio com um Órgão Público Federal.

ITEM - 4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (010)

Falha por parte do Servidor à frente do Setor de Almoxarifado e Patrimônio com relação às atividades sob sua responsabilidade, e deficiente supervisão e/ou cobrança acerca das atribuições que devem ser desempenhadas pelo Setor.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir processo disciplinar para apurar responsabilidade pelo descumprimento das atribuições sob responsabilidade do Setor de Almoxarifado e Patrimônio da SR-10/SC, inclusive quanto à ausência de tombamento de itens adquiridos em 2009 até a realização do inventário patrimonial anual, e, conforme o resultado da apuração, providenciar o ressarcimento ao Erário Público do valor correspondente ao Cartucho de Tinta para Impressora HP, modelo C1823D, desaparecido.

RECOMENDAÇÃO: 003

Estabelecer, e divulgar entre os diversos setores da Unidade, as regras internas a serem seguidas para a requisição de itens do Almoxarifado, e supervisionar sua aplicação.

RECOMENDAÇÃO: 004

Manter controle sobre a dispensação do material "toner reciclado" pelo Setor de Almoxarifado e Patrimônio, de forma a se manter também o acompanhamento do consumo do item.

3. Manifestação do Gestor

3.1.a. Providências a serem Implementadas (texto)²

Prazo de Atendimento: 09/07/2010

Recomendação 001 - Resposta do INCRA/SC:

a) Informamos que conforme tratado na Reunião entre os servidores deste Instituto e 03 (três) membros da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, realizada no mês de maio de 2010, para tratar do Relatório de Gestão de 2009, foi determinado através do Memo/INCRA/SR(10)G/Nº 134/2010, que os encarregados do Setor de Almoxarifado e Patrimônio desta regional regularizassem a situação do acervo patrimonial num prazo de 30 (trinta) dias;

b) Segundo informações do Chefe da Divisão de Administração a situação patrimonial já foi colocada em dia pelos responsáveis, lembrando que não havia divergência no patrimônio, e sim, a falta de ajustes nas contas, com acúmulo de valores pendentes na conta 1421292.01/Bens Móveis em Almoxarifado – Estoque Interno, ou seja, falta de distribuição para uso na regional; (grifamos);

Recomendação 002 - Resposta do INCRA/SC:

a) Quanto a regras internas para requisição de materiais informamos que elas existem, **tendo sido lembrado aos servidores do Setor de Almoxarifado desta regional a determinação da CGU-R/SC para que mantenha um melhor controle nas saídas de materiais do setor, ou seja, exerçam com mais responsabilidade às suas atividades.** (grifamos).

Recomendação 003 - Resposta do INCRA/SC:

a) Quanto ao controle da entrada e saída dos Cartuchos para uso nesta regional já foi acatada a sugestão da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, tendo sido determinado ao Setor de Almoxarifado que mantenha o controle em comento, mesmo que seja na contratação de serviços de recarga.

3.2. Manifestação do Gestor

3.2.b. Providências a serem Implementadas (texto)³

Mantida a RECOMENDAÇÃO de que houve falhas de controle no Setor de Almoxarifado e Patrimônio no INCRA/SC.

Situação em³: 14/01/2011

3.2.1. Esta regional se manifesta que houve melhoramento no controle do Setor de Almoxarifado do INCRA/SC, tendo e informar que no tocante ao Patrimônio, que é o Sistema mais complexo, já houve no dia 22 de dezembro de 2010, a conciliação entre os valores registrados – na Listagem de Patrimônio/LPP e o Relatório de Movimentação de Bens Móveis/RMB – em contrapartida com – o Balancete Contábil do Sistema SIAFI2010;

3.2.1.1. Já nos valores dos materiais em Almoxarifado – houve a apresentação das Listagens/IEM e o Relatório de Movimenta de Almoxarifado/RMA antes do dia 29/12/2010, e também a conciliação entre os valores registrados no Sistema SIAFI2010 (CONRAZÃO) – pelo Setor de Contabilidade desta regional no dia 29/12/2010;

3.2.1.2. Importante anunciar que os valores dos Bens Móveis em Almoxarifado estão registrados atualmente no valor de R\$ 44.386,37, ou seja, é menos de 10% do valor acumulado no final de 2009 que estava na casa de R\$ 548.004,99;

3.2.1.3. Como vemos, com a RECOMENDAÇÃO da CGU-R/SC houve uma sensível melhora nos trabalhos de acompanhamento do Setor de Almoxarifado e Patrimônio do INCRA/SR(10)SC;

Esta regional se compromete a prosseguir com os cuidados de maior observância da legislação pertinente de controle de materiais em Almoxarifado, nos termos recomendados pela Equipe de Auditoria da CGU-R/SC.

ITEM - 5.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (005)

Sobrepçoço em aquisição por Dispensa de Licitação.

RECOMENDAÇÃO: 001

Apresentar justificativa bem fundamentada para a aquisição de item com valor 115% superior ao valor das aquisições anteriores, sem consulta ao Registro de Preços, com um custo a maior de R\$ 3.462,00 para a Unidade, sob pena de instauração de processo para apuração de responsabilidade.

RECOMENDAÇÃO: 002

Aperfeiçoar a rotina ("check list") para as aquisições em geral, inclusive por dispensa e inexigibilidade de licitação, incluindo a necessidade de verificação dos valores das aquisições anteriores e eventuais Registros de Preços.

4. Manifestação do Gestor

4.1.a. Providências a serem Implementadas (texto)²

Prazo de Atendimento: 09/07/2010

Recomendação 001 - Resposta do INCRA/SC:

a) Quanto aos preços na dispensa de licitação

a.1) No tocante aos preços da aquisição através de Dispensa de Licitação, lembramos, mais uma vez, não se poderia comparar os preços com a compra através de Pregão Eletrônico, tendo a acrescer que os cartuchos à época não eram facilmente encontrados no mercado local, tendo a informar que em consulta pelo Encarregado do Setor de Administração na cidade de Chapecó/SC - Servidor Valdecir César Marcon - onde temos a nossa Unidade Avançada do INCRA – INCRA/UA/SC, **o mesmo verificou que apenas uma empresa fornecia os cartuchos ao custo de R\$ 594,00; (grifamos);**

a.2) A empresa em comento é a AX Comércio e Representações Ltda – Telefone para contatos 3361.0900, onde se pode verificar que infelizmente o preço de mercado é realmente elevado no estado de SC;

a.3) Conforme havíamos informado aos Auditores da CGU-R/SC, não mais estamos comprando os Cartuchos de Toner para a Copiadora Xerox 3200 MFP, e sim, contratação de serviços de recarga, cujo preço é bem menor;

a.4) Reiteramos que o que levou a aquisição através de dispensa de licitação foi a urgência na utilização do material em comento, lembrando que no caso de dispensa, normalmente consulta-se 03 (três) empresas comprando-se da que oferece o preço menor;

b) É bom lembrar que se houve a aquisição com preços elevados à época, houve também a verificação no mercado a forma de baratear os custos, tendo sido encontrada a forma de aquisição através de recarga, que baixou o preço dos cartuchos para R\$ 70,00, ou seja, restou demonstrado que não “houve má fé” na aquisição dos cartuchos; (grifamos);

b) Acreditamos que a nossa resposta tem procedimento, não havendo a necessidade de apuração de responsabilidade, devendo, no entanto, ser ressarcido pelo servidor encarregado do Setor de Almoxarifado e Patrimônio o valor correspondente ao Cartucho de Tinta para a Impressora HP – modelo C1823D – faltante no setor, o que deverá ser providenciado através de emissão de GRU no presente momento. (grifamos).

Recomendação 002 - Resposta do INCRA/SC:

a) Será levado ao conhecimento dos encarregados das aquisições em geral nesta regional a recomendação da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, nos termos do relatório em comento.

4.2. Manifestação do Gestor

4.2.b. Providências a serem Implementadas (texto)³

Mantida a RECOMENDAÇÃO de que houve sobrepreço em aquisição por Dispensa de Licitação.

Situação em³: 14/01/2011

4.2.1. Esta regional manifesta mais uma vez, que na dispensa de licitação em comento, se houve o sobrepreço numa aquisição efetuada com certa urgência, houve também à época a busca de uma alternativa que barateou os custos dos cartuchos para impressoras;

4.2.1.1. Os valores baixaram de R\$ 283,00 no custo unitário para R\$ 70,00, ou seja, houve uma economia de 304%, fato que não foi considerado pela Equipe de Auditoria da CGU-R/SC;

4.2.1.2. Lembrando que a CGU-R/SC manifestou na sua análise, impropriedade apenas na aquisição dos cartuchos através de Dispensa de Licitação – ao custo de R\$ 538,50 – valor total da compra R\$ 3.462,00, e que na sequência houve a aquisição – através de registro de preços – no valor unitário de R\$ 283,00 – com acréscimo de 90%;

4.2.2. Acreditamos que os fatos ora citados demonstram que não houve “ma fé” nas aquisições, apenas atrapalhos devido aos acontecimentos que apresentamos na nossa resposta de 09/07/2010.

ITEM - 5.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (017)

Ausência de verificação dos motivos do alta índice de evasão em curso realizado por meio de Convênio, bem como ausência de verificação do atingimento dos objetivos do curso.

RECOMENDAÇÃO: 001

Elaborar e encaminhar questionários a cada um dos participantes inscritos no Curso de Pós-Graduação em Agroecologia de forma a se verificar, diretamente com os participantes que não concluíram o Curso, os motivos da evasão, ou seja, as dificuldades enfrentadas, eventuais expectativas não confirmadas, etc., bem como se verificar, diretamente com os formandos, se o objetivo de multiplicação dos conhecimentos difundidos pelo Curso foram atingidos, ou seja, questionando-se as atividades relacionadas ao Curso que porventura tenham sido encaminhadas pelos formandos após a conclusão do Curso.

Essa prospecção deve servir para instruir o desenvolvimento e aprimoramento de novas atividades similares a serem efetivadas pelo INCRA.

5. Manifestação do Gestor

5.1.a. Providências a serem Implementadas (texto)²

Prazo de Atendimento: 09/07/2010

Recomendação 001 - Resposta do INCRA/SC:

a) Acatamos as recomendações da CGU-R/SC, lembrando que já foi levado ao conhecimento do Chefe da Divisão de Desenvolvimento – SR(10)D e da Asseguradora do Convênio nº 577416, a análise do vosso órgão de controle, a necessidade de trabalhos de reanálise do convênio em comento nos termos recomendados;

b) **Sobre o assunto manifestou-se a Asseguradora informando que tem a acrescentar quanto ao questionamento sobre o curso de Pós-Graduação em Agroecologia, que a mesma juntamente com o Chefe da SR(10)D já encaminharam para à UFSC o OFÍCIO/INCRA/SR(10)G/Nº 686/2010, datado de 10/05/2010, dois modelos de questionários, um a ser encaminhado aos alunos que evadiram do curso e o outro para os que concluíram visando averiguar as questões que a CGU levantou; (grifamos);**

c) Esclarecem também, que assim que houver retorno por parte dos formandos e dos alunos evadidos, os esclarecimentos serão encaminhados para a CGU-R/SC.

5.2. Manifestação do Gestor

5.2.b. Providências a serem Implementadas (texto)³

Mantida a RECOMENDAÇÃO de que houve ausência de verificação dos motivos do alto índice de evasão em curso realizado por meio de Convênio, bem como ausência de verificação do atingimento dos objetivos do curso.

Situação em³: 14/01/2011

5.2.1. Se possível acrescentar mais informações acerca das evasões

5.2.1.1. Ver qual o valor devolvido pela conveniente e também comentar

5.2.1.2. Tecer outros comentários que julgarem procedente

5.2.1.3. Sendo o que tínhamos para o momento, levamos o presente documento à consideração da CGU-R/SC, nos colocando ao vosso dispor para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Prazo para atendimento: 14/01/2011.

15.4. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Acreditamos que esta regional respondeu e atendeu a contento as recomendações da CGU-R/SC que esteve em trabalhos de auditoria por diversas ocasiões no INCRA/SC no exercício/2010.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Esta regional sempre primou pelo bom atendimento das recomendações dos controles interno e externo. Acreditando que não deixou de atender e/ou responder os questionamentos no decorrer dos exercícios financeiros.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Dentro das possibilidades da UJ sempre foram respondidas e consideradas as recomendações da CGU e do TCU.

Destacando que principalmente na área de convênios esta regional não tem deixado a desejar no acompanhamento das prestações de contas nos últimos exercícios financeiros.

Reiteramos que com a implantação do Sistema SICONV houve uma certa dificuldade no acompanhamento dos registros no sistema, devido a operacionalidade por parte principalmente dos convenentes, sendo que, no final do exercício/2010 o sistema apresentou melhorias.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p style="text-align: right;">a).....</p> <p style="text-align: right;">b).....</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), **NÃO** refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

OBS.: A declaração foi juntada aos ANEXOS deste Relatório de Gestão de 2010.

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

OBS.: A declaração foi juntada aos ANEXOS deste Relatório de Gestão de 2010.

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A falta de pessoal é um problema a ser resolvido no próximo exercício, é premente a necessidade de servidores para trabalharem não só na área finalística, mas também na área da Divisão de Administração.

Lembrando na área de administração houve aposentadoria de 03 servidores somente do exercício/2010, fato que afetou inclusive a elaboração deste Relatório de Gestão, pois 02 servidores (técnicos em contabilidade) eram que detinham grande conhecimento da elaboração do mesmo.

Esperamos que o funcionamento do Sistema SICONV tenha uma melhora principalmente na parte de utilização por parte dos órgãos e entidades convenentes.

RELAÇÃO DOS ANEXOS – RELATÓRIO GESTÃO 2010:

- 1) Declaração Área Responsável atestando informações acerca de Contratos e Convênios – ITEM 7.**
- 2) Declaração Bens e Rendas do Chefe da SR(10)A – ITEM 8.**
- 3) Declaração Plena do Contador Responsável da UJ do INCRA/SC – ITEM 18.**
- 3.1) Demonstrativos Contábeis do Sistema SIAFI2010 das UG/373070 e 373071 – ITEM 18.**
- 4) Relatório do Sistema SISPAD acerca de Comissões Disciplinares no INCRA/SC no exercício/201 – ITEM 17.**
- 5) Planilha relativa Mutirão de Documentação – ITEM 2. 3.10.2.**



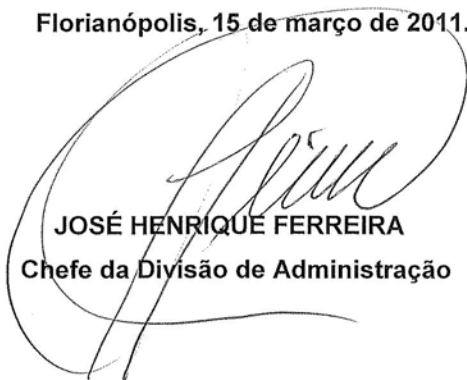
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - INCRA - SR(10)SC**

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres desta Superintendência Regional de Santa Catarina – INCRA/SR(10)SC estão disponíveis e atualizados respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 15 de março de 2011.



JOSÉ HENRIQUE FERREIRA
Chefe da Divisão de Administração

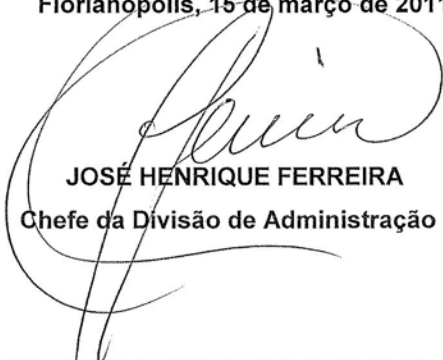


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - INCRA - SR(10)SC

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Em cumprimento ao disposto na da Decisão Normativa TCU/nº 107/2010, combinado com a Decisão Normativa /TCU/nº 110/2010 e a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, DECLARO que os agentes responsáveis e seus substitutos, integrantes do Rol de Responsáveis da **Unidade Gestora/373070 e da nossa subunidade – Unidade Gestora/373071**, que atuaram em 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2010 que tratam as contas, estão em dia com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendias, na forma da Lei 8.730, de 10/11/93.

Florianópolis, 15 de março de 2011.



JOSÉ HENRIQUE FERREIRA
Chefe da Divisão de Administração



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - INCRA - SR(10)SC

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI2010 (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta **Superintendência Regional de Santa Catarina/ INCRA/SR(10)SC – UG/373070** e da nossa subunidade – **Unidade Avançada de Santa Catarina/INCRA/UA/SC – UG/373071**, que apresentam contas do exercício/2010.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 15 de março de 2011.


CRISTIANO DE OLIVEIRA MASCARENHAS
CONTADOR
CRC/SC nº 02373610
INCRA/SR(10)SC

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	INGRESSOS	2010
INGRESSOS		40.735.325,33
RECEITAS CORRENTES		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00
DEDUCOES DA RECEITA		0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		11.336.851,81
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS		11.286.851,81
SUB-REPASSE RECEBIDO		11.278.866,53
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		11.278.866,53
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		7.985,28
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		50.000,00
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		50.000,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		50.000,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		0,00
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)

POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES

UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2

BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
INGRESSOS	2010
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	29.398.473,52
VALORES EM CIRCULACAO	8.547.572,98
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	8.547.572,98
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.985,28
VALORES DIFERIDOS	7.985,28
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.017.054,99
RESTOS A PAGAR	11.012.590,75
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	10.004.676,72
CANCELADO	1.007.914,03
OUTROS DEBITOS	4.464,24
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	9.825.860,27
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
INGRESSOS 2010
INCORPORACAO DE DIREITOS 9.825.860,27
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 9.825.860,27

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Date: 31/3/2011 Time: 11:32:43

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAC

	DISPENDIOS	2010
DISPENDIOS		40.735.325,33
DESPESAS CORRENTES		8.026.655,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.995.195,65
OUTRAS DESPESAS		7.995.195,65
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		31.459,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		31.459,53
DESPESAS DE CAPITAL		11.321.794,88
INVESTIMENTOS		3.966.494,88
INVERSOES FINANCEIRAS		7.355.300,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		377.688,68
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS		7.985,28
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		7.985,28
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)

POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES

UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5

BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
DISPENSIOES	2010
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	369.703,40
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	369.703,40
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	343.303,40
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	26.400,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	0,00
DISPENSIOES EXTRA-ORCAMENTARIOS	21.009.186,59
VALORES EM CIRCULACAO	10.018.263,17
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	10.018.263,17
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.985,28
VALORES DIFERIDOS	7.985,28
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.539.587,70
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	8.539.587,70
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	2.443.350,44
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: €
BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
DISPENDIOS 2010
BAIXA DE DIREITOS 2.438.886,20
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 2.438.886,20
INCORPORACAO DE OBRIGACOES 4.464,24
OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES 4.464,24

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO EXERCICIO 2010

ATIVO	172.785.999,26
ATIVO FINANCEIRO	10.018.263,17
CREDITOS EM CIRCULACAO	10.018.263,17
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	192.402,90
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	9.825.860,27
ATIVO NAO FINANCEIRO	142.018.376,84
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	29.630.537,95
CREDITOS EM CIRCULACAO	4.278.433,83-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	9.825.860,27-
DIVERSOS RESPONSABLEIS	372.441,39
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.174.985,05
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	33.908.971,78
ESTOQUES	26.402,13

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC
 EXERCICIO
 2010
 ATIVO
 TITULOS E VALORES 33.882.569,65
 REALIZAVEL A LONGO PRAZO 109.209.828,26
 CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO 109.209.828,26
 CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS 444.966,16
 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS 25.994.290,40
 CREDITOS A RECEBER 82.770.571,70
 PERMANENTE 3.178.010,63
 IMOBILIZADO 3.174.507,92
 BENS MOVEIS E IMOVEIS 3.181.156,62
 DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES 6.648,70-
 INTANGIVEL 3.502,71
 ATIVO REAL 152.036.640,01
 ATIVO COMPENSADO 20.749.359,25
 CONTINUA...
 PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
2010
ATIVO
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS 20.749.359,25
GARANTIAS DE VALORES 603.869,43
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS 17.494.360,06
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS 2.651.129,76
OUTRAS COMPENSACOES 0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC
 EXERCICIO
 2010
 PASSIVO 172.785.999,26
 PASSIVO FINANCEIRO 10.017.126,24
 OBRIGACOES EM CIRCULACAO 10.009.140,96
 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 4.464,24
 DEBITOS DIVERSOS A PAGAR 4.464,24
 RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS 10.004.676,72
 A LIQUIDAR 10.004.676,72
 VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 7.985,28
 VALORES DIFERIDOS 7.985,28
 PASSIVO NAO FINANCEIRO 10.004.676,72-
 OBRIGACOES EM CIRCULACAO 10.004.676,72-
 RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID 10.004.676,72-
 PASSIVO REAL 12.449,52
 CONTINUA...
 PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
2010

PASSIVO	
PATRIMONIO LIQUIDO	152.024.190,49
PATRIMONIO/CAPITAL	144.236.831,49
PATRIMONIO	144.236.831,49
RESULTADO DO PERIODO	7.787.359,00
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	152.036.640,01
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	144.249.281,01-
PASSIVO COMPENSADO	20.749.359,25
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	20.749.359,25
VALORES EM GARANTIA	603.869,43
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	17.494.360,06
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	2.651.129,76
COMPENSACOES DIVERSAS	0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES ATIVAS		EXERCICIO
		2010
VARIACOES ATIVAS		49.853.153,38
ORCAMENTARIAS		26.821.248,16
RECEITAS CORRENTES		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00
DEDUCOES DA RECEITA		0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS		11.286.851,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		11.286.851,81
SUB-REPASSE RECEBIDO		11.278.866,53
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		7.985,28
MUTACOES ATIVAS		15.534.396,35
INCORPORACOES DE ATIVOS		7.437.004,52
AQUISICOES DE BENS		380.615,10
INCORPORACAO DE CREDITOS		7.056.389,42
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO

VARIACOES ATIVAS	2010
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	8.097.391,83
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	23.031.905,22
INTERFERENCIAS ATIVAS	157.625,18
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	107.625,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.000,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	22.874.280,04
INCORPORACOES DE ATIVOS	21.628.661,77
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.896.760,98
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	4.336,25
INCORPORACAO DE DIREITOS	19.727.564,54
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	237.704,24
AJUSTES DE CREDITOS	237.704,24

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS 2010
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 1.007.914,03
DEFICIT 0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Date: 31/3/2011 Time: 11:33:23

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS	EXERCICIO
	2010
VARIACOES PASSIVAS	49.853.153,38
ORCAMENTARIAS	19.455.240,84
DESPESAS CORRENTES	8.026.655,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.995.195,65
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	31.459,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.459,53
DESPESAS DE CAPITAL	11.321.794,88
INVESTIMENTOS	3.966.494,88
INVERSOES FINANCEIRAS	7.355.300,00
INTERFERENCIAS PASSIVAS	7.985,28
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.985,28
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	7.985,28

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC

	EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS	2010
MUTACOES PASSIVAS	98.805,50
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	98.805,50
LIQUIDACAO DE CREDITOS	98.805,50
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	22.610.553,54
INTERFERENCIAS PASSIVAS	433.182,59
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	63.479,19
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	369.703,40
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	0,00
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	22.177.370,95
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	15.533.955,20
BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.941.074,93
BAIXA DE BENS MOVEIS	873.382,43
BAIXA DE DIREITOS	12.719.497,84
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS 2010
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS 6.648,70
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO 6.648,70
INCORPORACAO DE PASSIVOS 6.636.767,05
RESULTADO PATRIMONIAL 7.787.359,00
SUPERAVIT 7.787.359,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : JUARES
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01
UNIDADE GESTORA : 373070 SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA		
SUB-REPASSE	20.450.363,95	20.450.363,95
TOTAL	20.450.363,95	20.450.363,95
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	20.450.363,95	20.450.363,95

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : JUARES
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 373070 SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
SUBTOTAL I	0,00	0,00

MOVIMENTACAO DE CREDITO		
CREDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	0,00	20.490.848,95
DESPESAS CORRENTES	0,00	8.102.436,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	8.102.436,13
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : JUARES
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 03
UNIDADE GESTORA : 373070 SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	12.388.412,82
INVESTIMENTOS	0,00	4.877.112,82
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	7.511.300,00
SUBTOTAL II	0,00	20.490.848,95
TOTAL	0,00	20.490.848,95
TOTAL GERAL	0,00	20.490.848,95

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2010
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO 10.018.263,17-
CREDITOS A RECEBER 10.018.263,17-
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER 10.018.263,17-
LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT 192.402,90-
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP 9.825.860,27-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO 10.009.140,96
OBRIGACOES A PAGAR 10.004.676,72
RESTOS A PAGAR 10.004.676,72
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR 10.004.676,72
CREDORES DIVERSOS 4.464,24
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR 4.464,24
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 7.985,28
CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2010
RECURSO DIFERIDO RECEBIDO 7.985,28
SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO 1.136,93
DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS 9.816.738,06-
DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR 9.825.860,27
LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO 9.825.860,27
DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO 7.985,28-
DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI 7.985,28-

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Date: 31/3/2011 Time: 11:33:59

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
2010

RECEITAS ORCAMENTARIAS	
RECEITAS CORRENTES	0,00
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	0,00
DESPESAS ORCAMENTARIAS	
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00
ORGANIZACAO AGRARIA	11.251.058,23
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	19.348.450,06
RESULTADO ORCAMENTARIO	19.348.450,06-
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	11.286.851,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.286.851,81
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	15.534.396,35

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
2010
INCORPORACAO DE ATIVOS 7.437.004,52
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 8.097.391,83
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS 7.985,28
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 7.985,28
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS 98.805,50
DESINCORPORACAO DE ATIVOS 98.805,50
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES 7.366.007,32
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS 7.366.007,32
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS 157.625,18
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS 107.625,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS 50.000,00
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS 0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS 22.874.280,04
CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE S. CATARINA-INCRA/SR-10
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
INCORPORACAO DE ATIVOS 21.628.661,77
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 1.007.914,03
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS 237.704,24
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS 433.182,59
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS 63.479,19
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 369.703,40
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS 0,00
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS 22.177.370,95
DESINCORPORACAO DE ATIVOS 15.533.955,20
INCORPORACAO DE PASSIVOS 6.636.767,05
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS 6.648,70
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT 7.787.359,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO

INGRESSOS	2010
INGRESSOS	367.063,34
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	352.423,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	9.119,60
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	9.119,60
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	343.303,40
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	343.303,40
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	343.303,40
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	14.640,34
VALORES EM CIRCULACAO	9.119,60
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.119,60
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.781,33
VALORES DIFERIDOS	4.781,33

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
INGRESSOS 2010
OBRIGACOES EM CIRCULACAO 328,70
RESTOS A PAGAR 328,70
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR 328,70
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES 410,71
INCORPORACAO DE DIREITOS 410,71
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 410,71

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAC

DISPENDIOS		EXERCICIO
		2010
DISPENDIOS		367.063,34
DESPESAS CORRENTES		348.052,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		348.052,38
OUTRAS DESPESAS		348.052,38
DESPESAS DE CAPITAL		0,00
INVESTIMENTOS		0,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		4.781,33
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS		4.781,33
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		4.781,33
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		0,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA		0,00
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		0,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS		0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Date: 31/3/2011 Time: 11:36:06

____ SIAPF2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/3/201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
BALANCO - FINANCEIRO TELA: 4
CONF. SEM RESTRICAC
EXERCICIO
DISPENDIOS 2010
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS 14.229,63
VALORES EM CIRCULACAO 5.110,03
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER 5.110,03
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 9.119,60
VALORES DIFERIDOS 9.119,60

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANCG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - PATRIMONIAL

	TELA: 1
	CONF. SEM RESTRICAO
	EXERCICIO
	2010
ATIVO	1.284.042,75
ATIVO FINANCEIRO	5.110,03
CREDITOS EM CIRCULACAO	5.110,03
LIMITE DE SAQUE C/VENC.DE PAGAMENTO	4.699,32
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	410,71
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.235.423,96
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	1.379,35
CREDITOS EM CIRCULACAO	410,71-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	410,71-
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.790,06
ESTOQUES	1.790,06
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	456.542,46
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	456.542,46
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREM PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

```

    SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANJG (CONSULTA BALANCO DA UG)
    POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26                                USUARIO : JUARES
    UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
    MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)
    BALANCO - PATRIMONIAL
                                     TELA: 2
                                     CONF. SEM RESTRICAC
                                     EXERCICIO
                                     2010
                                     456.542,46
    CREDITOS A RECEBER
    PERMANENTE
    IMOBILIZADO
    BENS MOVEIS E IMOVEIS
    DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES
    ATIVO REAL
    ATIVO COMPENSADO
    COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS
    DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS
    OUTRAS COMPENSACOES
                                     777.502,15
                                     777.502,15
                                     778.734,42
                                     1.232,27-
                                     1.240.533,99
                                     43.508,76
                                     43.508,76
                                     43.508,76
                                     0,00

```

CONTINUA...

```

PF1-AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5-BALANCETE
PF7-RECJA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12=RETORNA

```

```

      SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANJG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26                                USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)
BALANCO - PATRIMONIAL

```

	TELA: 2
	CONF. SEM RESTRICAC
	EXERCICIO
ATIVO	2010
CREDITOS A RECEBER	456.542,46
PERMANENTE	777.502,15
IMOBILIZADO	777.502,15
BENS MOVEIS E IMOVEIS	778.734,42
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	1.232,27-
ATIVO REAL	1.240.533,99
ATIVO COMPENSADO	43.508,76
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	43.508,76
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	43.508,76
OUTRAS COMPENSACOES	0,00

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5-BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

```

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JJARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

                                PASSIVO
                                2010
PASSIVO                        1.284.042,75
  PASSIVO FINANCEIRO          5.110,03
    OBRIGACOES EM CIRCULACAO   328,70
      RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS 328,70
        A LIQUIDAR             328,70
      VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 4.781,33
        VALORES DIFERIDOS      4.781,33
  PASSIVO NAO FINANCEIRO       328,70-
    OBRIGACOES EM CIRCULACAO   328,70-
      RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID 328,70-
  PASSIVO REAL                 4.781,33
  PATRIMONIO LIQUIDO           1.235.752,66
  PATRIMONIO/CAPITAL           1.293.388,41
                                CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREI PF5-BALANCEM
PF7-RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

```

Date: 31/3/2011 Time: 11:36:18

SIAF12010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA JG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JJARES
 JG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - PATRIMONIAL

TELA: 4
 CONF. SEM RESTRICAC
 EXERCICIO

PASSIVO	2010
PATRIMONIO	1.293.388,41
RESULTADO DO PERIODO	57.635,75-
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.240.533,99
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	1.298.169,74-
PASSIVO COMPENSADO	43.508,76
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	43.508,76
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	43.508,76
COMPENSACOES DIVERSAS	0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAP2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)

POSTCAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES

UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

TELA: 1

CONF. SEM RESTRICAC

EXERCICIO

2010

VARIACOES ATIVAS

VARIACOES ATIVAS 559.693,60

ORCAMENTARIAS 92.762,11

INTERFERENCIAS ATIVAS 9.119,60

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS 9.119,60

VALORES DIFERIDOS - BAIXA 9.119,60

MUTACOES ATIVAS 83.642,51

INCORPORACOES DE ATIVOS 83.313,81

AQUISICOES DE BENS 59.736,70

INCORPORACAO DE CREDITOS 23.577,11

DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 328,70

RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO 409.295,74

INTERFERENCIAS ATIVAS 406.782,59

TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS 63.479,19

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGERAREL PF5-BALANCETE

PF8-AVANCA PF9-RAZAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12=REITORNA

..... SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)

POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES

UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDARIO SANTA CATARINA

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO	
2010	
VARIACOES ATIVAS	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	343.303,40
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.513,15
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.513,15
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	2.513,15
RESULTADO PATRIMONIAL	57.635,75
DEFICIT	57.635,75

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PFS=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

```

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02F652011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

                                VARIACOES PASSIVAS
                                2010
VARIACOES PASSIVAS                559.693,60
ORCAMENTARIAS                    376.410,82
  DESPESAS CORRENTES              348.052,38
    OUTRAS DESPESAS CORRENTES      348.052,38
  DESPESAS DE CAPITAL                0,00
    INVESTIMENTOS                  0,00
  INTERFERENCIAS PASSIVAS          4.781,33
    TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 4.781,33
      VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO 4.781,33
  MUTACOES PASSIVAS                23.577,11
    DESINCORPORACOES DE ATIVOS      23.577,11
      LIQUIDACAO DE CREDITOS        23.577,11
  RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO     183.282,78
                                CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGERAREL PF5-BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

```

____ SIAF12010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANJG (CONSULTA BALANCO DA UG)____
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JCARES
 UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAC
 EXERCICIO
 VARIACOES PASSIVAS 2010
 INTERFERENCIAS PASSIVAS 0,00
 TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO 0,00
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 0,00
 MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO 0,00
 DECRESCIMOS PATRIMONIAIS 183.282,78
 DESINCORPORACOES DE ATIVOS 182.050,51
 BAIXA DE BENS IMOVEIS 0,00
 BAIXA DE BENS MOVEIS 179.537,36
 BAIXA DE DIREITOS 2.513,15
 AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS 1.232,27
 DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO 1.232,27
 SUPERAVIT 0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UC)____
 DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : JUARES
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01
 UNIDADE GESTORA : 373071 PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA		
SUB-REPASSE	358.261,65	358.261,65
TOTAL	358.261,65	358.261,65
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	358.261,65	358.261,65

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : JUALES
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 373071 PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
SUBTOTAL I	0,00	0,00
MOVIMENTACAO DE CREDITO		
CREDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	0,00	358.261,65
DESPESAS CORRENTES	0,00	358.261,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	358.261,65
SUBTOTAL II	0,00	358.261,65
TOTAL	0,00	358.261,65

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4-CONGERAREL PF5-BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : JUARES
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 03
UNIDADE GESTORA : 373071 PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
TOTAL GERAL	0,00	358.262,65

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGERAREI PF5-BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2010
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO 5.110,03-
CREDITOS A RECEBER 5.110,03-
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER 5.110,03-
LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT 4.699,32-
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP 410,71-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO 328,70
OBRIGACOES A PAGAR 328,70
RESTOS A PAGAR 328,70
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR 328,70
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 4.781,33
RECURSO DIFERIDO RECEBIDO 4.781,33
DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS 4.370,62
CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGRARREL PF5=BALANCETE
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2010
DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR 410,71
LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO 410,71
DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO 4.781,33-
DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI 4.781,33-

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4-CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

```

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAJANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26                                USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 3730/1/3/201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO      CONF. SEM RESTRICAO
                                                    EXERCICIO
                                                    2010

DESPESAS ORCAMENTARIAS
  ORGANIZACAO AGRARIA                                347.723,68
  (-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS                348.052,38
RESULTADO ORCAMENTARIO                                348.052,38-
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS                   9.119,60
  TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS                9.119,60
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS                         83.642,51
  INCORPORACAO DE ATIVOS                             83.323,81
  DESINCORPORACAO DE PASSIVOS                         328,70
  (-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS            4.781,33
  TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS               4.781,33
  (-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS                 23.577,11
  DESINCORPORACAO DE ATIVOS                          23.577,11
CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

```

```

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26          USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 3730/1/3/201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO      TELA: 2
CONF. SEM RESTRICACAO EXERCICIO
2010
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES      283.648,71-
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS      283.648,71-
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS      406.782,59
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS      63.479,19
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS      343.303,40
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS      0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS      2.513,15
INCORPORACAO DE ATIVOS      2.513,15
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS      0,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS      0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS      0,00
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS      0,00
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS      183.282,78
CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7-RECUA PF8-AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12-RETORNA

```

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : JUARES
UG/GESTAO: 373071/37201 - PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
DESCORPORACAO DE ATIVOS 182.050,51
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS 1.232,27
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT 57.635,75-

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONSERVAREM PF5=BAIANCEM
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Gabinete da Presidência do INCRA
 Coordenação de Apoio e Procedimentos Disciplinares - GABT
 Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT1



Período: 01/01/2010 a 31/12/2010 Superintendência: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

Relatório de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares
 LOCAL: SR-10 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA	DATA ASSINATURA	BS	DATA DE PUBL.	TIPO PROCESSO	NOME PRESIDENTE COMISSÃO	CARGO AUTORIDADE INSTAURADORA	FATO SOB APURAÇÃO
54000.002112/2009-71							
INCRA/GAB/199/2010	15/03/2010	11	15/03/2010	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ART 143 da Lei 8.112/90	DONATA TEREZINHA BALBINO	CHEFE DE GABINETE DA PRESIDENCIA DO INCRA	APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - INCRA/SR(10)SC, CONFORME INFORMAÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO - INCRA/SC/ Nº 54210.000695/2009-49
54000.002000/2010-53							
INCRA/GAB/558/2010	11/10/2010	41	11/10/2010	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ART 143 da Lei 8.112/90	PAULO SERGIO DE CARVALHO BARBOSA	CHEFE DE GABINETE DA PRESIDENCIA DO INCRA	APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO AMBITO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA SR(10)SC, CONFORME APONTADO NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº54210.000672/2009-15
Total de Processo da SR:			2				
Total Geral de Atos:			2				

Planilha1

PNDTR - MUTIRÃO DE DOCUMENTAÇÃO – RESUMO DAS AÇÕES 2010

Nº	DATA	MUNICÍPIO	PESSOAS ATENDIDAS	IDENTIDADE	CPF	CARTEIRA DE TRABALHO	INSS
1	26/03	Frei Rogério	464	394	175		
2	27/03	Lebon Régis	803	577	332		
3	28/03	Curitiba (Sa Cruz do Per)	131	108	11		
4	09/04	Monte Carlo	347	263	221	36	
5	10/04	Brundópolis	246	174	23		
6	11/04	Santa Cecilia	188	143	35	23	
7	16/04	Vargem Bonita	483	360	302	25	
8	17/04	Caçador	896	610	412	53	
9	18/04	Fraiburgo	672	545	385	75	
10	23/04	Palmeira	241	202	95	17	
11	25/04	Ponte Alta do Norte	427	337	203	45	45
12	24/04	São Cristóvão do São	578	373	110	54	51
13	15/05	Jacinto Machado	128	122	15	15	
14	16/05	Timbé do Sul	363	351		54	
15	21/05	Forquilha	265	205	104	15	
16	22/05	Meleiro	189	157	105	22	38
17	23/05	Maracajá	270	236	153	10	
18	28/05	Praia Grande	633	505	90	39	
19	29/05	Passo de Torres	278	222	29	23	
20	30/05	Balneário Arroio do Silva	653	510	220	48	26
21	04/06	Calbi	620	417	316	25	
22	05/06	Pinhalzinho	528	452	153	12	
23	06/06	Saudades	810	584	281	36	
24	11/06	Nova Erechim	623	489	58	71	
25	12/06	Nova Itaberaba	284	189	140	33	
26	18/06	Jaguaruna	267	247	153	0	
27	19/06	Imbituba	625	457	227	0	
28	25/06	Guaçu do Sul	328	285	108	34	
29	26/06	Guaraçaba	358	313	73	22	
30	02/07	Anchieta	377	307	173	49	
31	03/07	Palma Sola	215	201	95	21	
32	04/07	Campo Ere	535	368	180	24	
33	08/07	Ipumirim	676	512	391	38	
34	09/07	Concórdia	460	404	128	11	
35	17/07	Porto União	252	236	163	21	
36	18/07	Meira	449	401	214	31	
37	23/07	Abelardo Luz	614	487		25	
38	24/07	São domingos	309	282	143	16	
39	25/07	Dionísio Cerqueira	20	20	28	0	
40	20/08	Planalto Alegre	523	407	299	0	
41	21/08	Águas de Chapecó	443	352	229	0	
42	22/08	São Carlos	543	425	244	0	
43	27/08	Arvoredo	555	398	319	20	
44	28/08	Xavantina	535	402	393	28	
45	29/08	Palat	355	204	151	65	
46	03/09	Mondai	809	723	378	135	
47	04/09	Palmitos	443	366	227	18	
48	17/09	Rio das Antas	338	277	206	15	
49	18/09	Macleira	368	311	226	26	
50	19/09	Arroio Trinta	44	488	198	35	
51	24/09	Irati	378	300	156	49	
52	25/09	União do Oeste	339	245	137	74	

Página 1

Planilha1

53	26/09	Quilombo	649	486	288	61	
54	07/10	Santa Helena	286	210	201	42	
55	08/10	Itapiranga	620	543	222	25	27
56	09/10	Tunápolis	432	310	205	38	
57	15/10	São Ludgero	452	352	157	32	35
58	16/10	Brço do Norte	382	355	87	15	
59	17/10	Pedras Grandes	174	133	49	15	25
60	22/10	Forquilha	399	373	186	20	
61	23/10	Aranaguá	414	411		8	
62	24/10	Balneário Arroio do Silva	455	401	110	27	69
63	04/11	Ipira	401	321	180	31	
64	05/11	Piratuba	438	353	283	46	
65	06/11	Zortea	412	348	268	22	25
66	12/11	Anitópolis	496	380	292	37	70
67	13/11	Santa Rosa de Lima	289	239	132	40	
68	14/11	Rio Fortuna	190	153	78	14	
69	19/11	Iraceminha	252	190	207	13	
70	20/11	Flor do Sertão	547	480	159	37	
71	04/12	Morro da Fumaca	333	329	164		
72	05/12	Sangão	436	370	239		52
73	10/12	Jaborá	182	172	79	13	
74	11/12	Catanduvas	289	195	146	14	
75	12/12	Herval d'Oeste	78	59	18	4	
Total Parcial			30894	25108	13079	2042	463

Página 2